

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	8
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	9
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	18
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	19
Demonstração de Valor Adicionado	21

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	22
Notas Explicativas	26
Proposta de Orçamento de Capital	75

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	77
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	81
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	82
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	83

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.840
Preferenciais	3.840
Total	7.680
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	390.437	373.922
1.01	Ativo Circulante	72.703	88.364
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	212	602
1.01.02	Aplicações Financeiras	47.307	71.143
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	36.816	60.454
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	36.816	60.278
1.01.02.01.04	Outros	0	176
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	10.491	10.689
1.01.02.02.01	Títulos Disponíveis para Venda	10.491	10.689
1.01.03	Créditos das Operações	16.860	10.864
1.01.03.01	Seguros e Resseguros	16.860	10.864
1.01.03.01.01	Prêmios a Receber	0	4
1.01.03.01.02	Operações com Seguradoras	54	54
1.01.03.01.03	Operações com Resseguradoras	734	2.807
1.01.03.01.04	Outros Créditos Operacionais	7.000	44
1.01.03.01.05	Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	9.072	7.955
1.01.04	Títulos e Créditos a Receber	6.462	5.703
1.01.04.01	Títulos e Créditos a Receber	3.293	3.041
1.01.04.02	Direitos Resultantes da Venda de Imóveis	884	2.249
1.01.04.03	Créditos Tributários e Previdenciários	1.979	399
1.01.04.04	Outros Créditos	306	14
1.01.05	Outros Valores e Bens	1.862	52
1.01.05.01	Bens a Venda	1.862	0
1.01.05.02	Outros Valores	0	52
1.02	Ativo Não Circulante	317.734	285.558
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	157.198	151.897
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	175	0
1.02.01.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	175	0
1.02.01.04	Crédito das Operações	65.896	62.103
1.02.01.04.01	Operações com Seguros e Resseguradoras	3.234	2.933
1.02.01.04.02	Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	62.662	59.170
1.02.01.05	Títulos e Créditos a Receber	88.518	86.997
1.02.01.05.01	Créditos Tributários e Previdenciários	900	2.641
1.02.01.05.02	Depósitos Judiciais e Fiscais	87.024	83.066
1.02.01.05.03	Direitos Resultantes da Venda de Imóveis	594	1.290
1.02.01.07	Empréstimos e Depósitos Compulsórios	2.609	2.797
1.02.01.07.01	Empréstimos e Depósitos Compulsórios	2.609	2.797
1.02.02	Investimentos	152.323	128.302
1.02.02.01	Participações Societárias	144.768	119.721
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas no País	143.760	115.410
1.02.02.01.04	Participações em Controladas no Exterior	543	3.846
1.02.02.01.07	Outros Investimentos	465	465
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	7.555	8.581
1.02.02.02.01	Imóveis Urbanos não Destinados a Uso Próprio	7.555	8.581

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
1.02.03	Imobilizado	2.881	4.499
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.881	4.499
1.02.03.01.01	Imóveis de Uso Próprio	2.257	4.009
1.02.03.01.02	Bens Móveis de Uso Próprio	535	430
1.02.03.01.03	Outras Imobilizações	89	60
1.02.04	Intangível	5.332	860

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	390.437	373.922
2.01	Passivo Circulante	22.467	29.426
2.01.01	Contas a Pagar	8.233	15.913
2.01.01.01	Obrigações a Pagar	6.365	13.990
2.01.01.02	Impostos e Encargos Sociais a Recolher	835	736
2.01.01.03	Encargos Trabalhistas	461	362
2.01.01.04	Impostos e Contribuições	572	825
2.01.02	Débitos de Operações	424	98
2.01.02.01	Seguros e Resseguros	424	98
2.01.02.01.02	Operações com Resseguradoras	424	98
2.01.03	Depósitos de Terceiros	28	87
2.01.04	Provisões Técnicas	13.782	13.328
2.01.04.01	Seguros e Resseguros	13.782	13.328
2.01.04.01.02	Provisão de Sinistros a Liquidar	13.782	13.328
2.02	Passivo Não Circulante	178.096	170.842
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	178.096	170.842
2.02.01.01	Contas a Pagar	2.180	2.896
2.02.01.01.01	Tributos Diferidos	2.180	2.896
2.02.01.02	Débitos das Operações	1.850	1.864
2.02.01.03	Provisões Técnicas	92.184	87.899
2.02.01.03.01	Seguros e Resseguros	92.184	87.899
2.02.01.04	Outros Passivos	81.882	78.183
2.02.01.04.01	Provisões Judiciais	81.882	78.183
2.03	Patrimônio Líquido	189.874	173.654
2.03.01	Capital Social Realizado	100.000	100.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	6.489	6.656
2.03.03.01	Ativos Próprios	5.290	5.451
2.03.03.02	Controladas/Coligadas	1.199	1.205
2.03.04	Reservas de Lucros	93.817	79.291
2.03.04.01	Reserva Legal	20.000	20.000
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	15.294	15.294
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	58.523	43.951
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	46
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-10.432	-12.293

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receitas das Operações	4.536	2.891
3.01.01	Operações de Seguros	4.536	2.891
3.01.01.01	Prêmios de Seguros Ganhos	306	1.170
3.01.01.02	Outras Receitas de Seguros	4.230	1.721
3.02	Sinistros e Despesas das Operações	-3.216	1.037
3.02.01	Operações de Seguros	-6.077	379
3.02.01.01	Sinistros Retidos de Seguros	-2.958	966
3.02.01.02	Despesas de Comercialização de Seguros	-15	-34
3.02.01.03	Outras Despesas de Seguros	-3.104	-553
3.02.02	Operações de Resseguros	2.861	658
3.02.02.01	Sinistros Retidos de Resseguros	2.861	658
3.03	Resultado Bruto	1.320	3.928
3.04	Despesas Administrativas	-24.289	-20.974
3.04.01	Despesas com Pessoal Próprio	-13.668	-12.005
3.04.02	Despesas com Serviços de Terceiros	-4.117	-3.268
3.04.03	Despesas com Localização e Funcionamento	-3.923	-3.653
3.04.04	Despesas com Publicidade e Propaganda	-360	-127
3.04.05	Despesas com Tributos	-1.219	-1.002
3.04.06	Despesas com Publicações	-429	-399
3.04.07	Despesas com Donativos e Contribuições	-89	-81
3.04.08	Outras Despesas Administrativas	-484	-439
3.05	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-616	7.236
3.05.01	Receitas com Imóveis de Renda	523	932
3.05.02	Despesas com Imóveis Destinados à Renda/Venda	-2.703	-2.963
3.05.03	Outros Investimentos	9	8
3.05.04	Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes	1.562	9.259
3.05.05	Despesas com Vendas	-7	0
3.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	36.099	15.997
3.06.01	Receitas de Equivalência Patrimonial	36.099	15.997
3.07	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	12.514	6.187
3.08	Resultado Financeiro	5.007	2.133
3.08.01	Receitas Financeiras	12.136	6.985
3.08.02	Despesas Financeiras	-7.129	-4.852
3.09	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	17.521	8.320
3.10	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	706	991
3.10.02	Diferido	706	991
3.11	Resultado Líquido das Operações Continuadas	18.227	9.311
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	18.227	9.311
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	2,26034	1,15464
3.99.01.02	PN	2,48638	1,2701

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	18.227	9.311
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.063	-23.457
4.02.01	Ajustes ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	305	-4.226
4.02.02	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	-40	1.124
4.02.03	Baixa de Redução ao Valor Recuperável de Ativos Reavaliados	0	237
4.02.04	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	2.302	-22.280
4.02.05	Realização da Reserva de Reavaliação (líquida de tributos)	391	1.430
4.02.06	Dividendos Prescritos	158	232
4.02.07	Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	-112	-424
4.02.08	Efeitos Tributários do Ajuste de Conversão	80	420
4.02.12	Aumento de Participação em Coligada	0	30
4.02.13	Redução de Participação em Coligada	-21	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	21.290	-14.146

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.858	-1.287
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-22.952	-14.089
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	18.227	9.311
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	655	581
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-36.099	-15.997
6.01.01.06	Perda por Redução ao Valor Recuperável dos Ativos	633	221
6.01.01.07	Ganho com Alienação de Investimento e Imobilizado	-1.555	-9.259
6.01.01.08	Receitas com Atualização Monetária de Depósitos Judiciais e Outros	-5.063	-1.672
6.01.01.09	Receitas com Créditos Fiscais e Previdenciários	-203	-128
6.01.01.10	Despesas com Atualização e Juros de Provisões Técnicas	2.231	2.952
6.01.01.11	Rendimento com Aplicações Financeiras	-5.951	-2.525
6.01.01.12	Despesas com Atualização Monetária de Provisões Judiciais	4.670	1.476
6.01.01.15	Provisões Trabalhistas e Cíveis	-497	951
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	19.094	12.802
6.01.02.01	Ativos Financeiros	29.918	16.405
6.01.02.02	Créditos das Operações de Seguros e Resseguros	2.215	498
6.01.02.03	Ativos de Resseguros	217	4.572
6.01.02.04	Créditos Fiscais e Previdenciários	1.359	2.698
6.01.02.05	Depósitos Judiciais e Fiscais	372	-1.087
6.01.02.06	Despesas Antecipadas	0	56
6.01.02.07	Outros Ativos	-248	601
6.01.02.08	Impostos e Contribuições	-195	237
6.01.02.09	Fornecedores e Outras Contas a Pagar	-4.321	-923
6.01.02.10	Débitos Operacionais com Seguros e Resseguros	235	128
6.01.02.11	Depósitos de Terceiros	-58	25
6.01.02.12	Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros	-2.319	-9.139
6.01.02.13	Provisões Judiciais	323	246
6.01.02.14	Outros Passivos	-413	-1.086
6.01.02.16	Outros Créditos Operacionais	-7.991	-429
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	11.418	15.821
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-269	-215
6.02.02	Aquisição de Investimentos	0	-50.085
6.02.03	Aquisição de Intangível	-4.603	-860
6.02.05	Alienação de Investimentos	4.547	52.907
6.02.07	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Recebidos	6.574	14.074
6.02.08	Recebimento de Redução de Capital da Investida	5.169	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.950	-14.511
6.03.01	Dividendos Pagos	-7.950	-14.511
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-390	23
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	602	579
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	212	602

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	100.000	6.656	79.291	0	-12.293	173.654
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	100.000	6.656	79.291	0	-12.293	173.654
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	224	-46	0	0	178
5.04.08	Ajuste Provisão	0	224	0	0	0	224
5.04.09	Dividendos deliberados pela AGO de 30 de março de 2022	0	0	-46	0	0	-46
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.755	2.535	21.290
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.227	0	18.227
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	528	2.535	3.063
5.05.02.06	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	0	0	0	0	305	305
5.05.02.07	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	0	0	0	0	-40	-40
5.05.02.08	Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	0	0	0	0	-112	-112
5.05.02.09	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investida	0	0	0	0	2.302	2.302
5.05.02.10	Dividendos Prescritos	0	0	0	158	0	158
5.05.02.11	Efeitos Tributários do Ajuste de Conversão	0	0	0	0	80	80
5.05.02.12	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	391	0	391
5.05.02.16	Redução de Participação em Coligada	0	0	0	-21	0	-21
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-391	14.572	-18.755	-674	-5.248
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-391	0	0	0	-391
5.06.11	Realização de Oscilação Cambial de Investimento no Exterior	0	0	0	936	-936	0
5.06.12	Efeitos Tributários Sobre Realização de Oscilação Cambial de Investimento no Exterior	0	0	0	-262	262	0
5.06.13	Dividendo Mínimo	0	0	0	-4.857	0	-4.857
5.06.14	Retenção de Lucros	0	0	14.572	-14.572	0	0
5.07	SalDOS Finais	100.000	6.489	93.817	0	-10.432	189.874

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	100.000	8.431	74.971	0	15.514	198.916
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	8.431	74.971	0	15.514	198.916
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.177	0	0	-1.177
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.177	0	0	-1.177
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-4.749	15.989	-25.386	-14.146
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.311	0	9.311
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-4.749	6.678	-25.386	-23.457
5.05.02.06	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-4.226	-4.226
5.05.02.07	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	0	0	0	0	1.124	1.124
5.05.02.08	Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	0	0	0	0	-424	-424
5.05.02.09	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	0	0	0	0	-22.280	-22.280
5.05.02.10	Dividendos Prescritos	0	0	0	232	0	232
5.05.02.11	Efeitos Tributários do Ajuste de Conversão	0	0	0	0	420	420
5.05.02.12	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.430	0	1.430
5.05.02.14	Realização de Lucros de Investida	0	0	-4.749	4.749	0	0
5.05.02.15	Aumento de Participação em Coligada	0	0	0	30	0	30
5.05.02.17	Baixa de Redução ao Valor Recuperável de Ativos Reavaliados	0	0	0	237	0	237
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.775	10.246	-15.989	-2.421	-9.939
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.430	0	0	0	-1.430
5.06.04	Ajuste Provisão	0	-345	0	0	0	-345
5.06.07	Dividendo Mínimo	0	0	0	-3.415	0	-3.415
5.06.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	46	-46	0	0
5.06.09	Distribuição de Reserva de Lucro a Realizar	0	0	0	-4.749	0	-4.749
5.06.10	Retenção de Lucros	0	0	10.200	-10.200	0	0
5.06.11	Realização de Oscilação Cambial de Investimento no Exterior	0	0	0	2.873	-2.873	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.06.12	Efeitos Tributários Sobre Realização de Oscilação Cambial de Investimento no Exterior	0	0	0	-452	452	0
5.07	Saldos Finais	100.000	6.656	79.291	0	-12.293	173.654

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	3.828	2.098
7.01.01	Receitas com Operações de Seguros	231	598
7.01.04	Outras	4.230	1.721
7.01.05	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-633	-221
7.02	Variações das Provisões Técnicas	75	572
7.02.01	Operações de Seguros	75	572
7.03	Receita Operacional Líquida	3.903	2.670
7.04	Benefícios e Sinistros	-2.955	1.139
7.04.01	Sinistros	-4.663	725
7.04.02	Var Prov Sinistro Ocorrido (Não Avisado)	1.708	414
7.05	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.318	-8.957
7.05.01	Materiais, Energia e Outros	-8.186	-5.655
7.05.02	Serviços Terceiros - Comissões Líquidas	-4.132	-3.302
7.06	Valor Adicionado Bruto	-11.370	-5.148
7.07	Retenções	-655	-581
7.07.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-655	-581
7.08	Valor Adicionado Líquido Produzido	-12.025	-5.729
7.09	VI Adic Recebido/Cedido em Transferência	53.180	33.666
7.09.01	Receitas Financeiras	12.136	6.985
7.09.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	36.099	15.997
7.09.03	Resultado Operações Resseguros Cédidos	2.861	658
7.09.04	Resultado Operações Cosseguros Cédidos	-3	-173
7.09.05	Outros	2.087	10.199
7.10	Valor Adicionado Total a Distribuir	41.155	27.937
7.11	Distribuição do Valor Adicionado	41.155	27.937
7.11.01	Pessoal	11.986	10.797
7.11.01.01	Remuneração Direta	8.968	7.983
7.11.01.02	Benefícios	2.128	1.892
7.11.01.03	F.G.T.S.	890	922
7.11.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.644	2.882
7.11.02.01	Federais	2.185	1.185
7.11.02.02	Estaduais	5	28
7.11.02.03	Municipais	1.454	1.669
7.11.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.298	4.947
7.11.03.01	Juros	7.129	4.852
7.11.03.02	Aluguéis	169	95
7.11.04	Remuneração de Capitais Próprios	18.227	9.311
7.11.04.02	Dividendos	4.857	3.415
7.11.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.370	5.896

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	390.894	375.056
1.01	Ativo Circulante	73.703	93.343
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.192	4.027
1.01.01.01	Caixa e Bancos	1.192	4.027
1.01.02	Aplicações Financeiras	47.307	75.423
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	36.816	64.734
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	36.816	64.558
1.01.02.01.04	Outros	0	176
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	10.491	10.689
1.01.02.02.01	Títulos Disponíveis para Venda	10.491	10.689
1.01.03	Créditos das Operações	16.860	10.864
1.01.03.01	Seguros e Resseguros	16.860	10.864
1.01.03.01.01	Prêmios a Receber	0	4
1.01.03.01.02	Operações com Seguradoras	54	54
1.01.03.01.03	Operações com Resseguradoras	734	2.807
1.01.03.01.04	Outros Créditos Operacionais	7.000	44
1.01.03.01.05	Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	9.072	7.955
1.01.04	Títulos e Créditos a Receber	6.482	2.977
1.01.04.01	Títulos e Créditos a Receber	3.293	247
1.01.04.02	Direitos Resultantes da Venda de Imóveis	884	2.249
1.01.04.03	Créditos Tributários e Previdenciários	1.999	467
1.01.04.04	Outros Créditos	306	14
1.01.05	Outros Valores e Bens	1.862	52
1.01.05.01	Bens a Venda	1.862	0
1.01.05.02	Outros Valores	0	52
1.02	Ativo Não Circulante	317.191	281.713
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	157.198	151.897
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	175	0
1.02.01.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	175	0
1.02.01.04	Créditos das Operações	65.896	62.103
1.02.01.04.01	Operações com Seguros e Resseguradoras	3.234	2.933
1.02.01.04.02	Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	62.662	59.170
1.02.01.05	Títulos e Créditos a Receber	88.518	86.997
1.02.01.05.01	Créditos Tributários e Previdenciários	900	2.641
1.02.01.05.02	Depósitos Judiciais e Fiscais	87.024	83.066
1.02.01.05.03	Direitos Resultantes da Venda de Imóveis	594	1.290
1.02.01.07	Empréstimos e Depósitos Compulsórios	2.609	2.797
1.02.01.07.01	Empréstimos e Depósitos Compulsórios	2.609	2.797
1.02.02	Investimentos	151.780	124.457
1.02.02.01	Participações Societárias	144.225	115.876
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas no País	143.760	115.410
1.02.02.01.07	Outros Investimentos	465	466
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	7.555	8.581
1.02.02.02.01	Imóveis Urbanos não Destinados a Uso Próprio	7.555	8.581

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
1.02.03	Imobilizado	2.881	4.499
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.881	4.499
1.02.03.01.01	Imóveis de Uso Próprio	2.257	4.009
1.02.03.01.02	Bens Móveis de Uso Próprio	535	430
1.02.03.01.03	Outras Imobilizações	89	60
1.02.04	Intangível	5.332	860
1.02.04.01	Intangíveis	5.332	860

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	390.894	375.056
2.01	Passivo Circulante	22.485	29.455
2.01.01	Contas a Pagar	8.251	15.942
2.01.01.01	Obrigações a Pagar	6.365	13.990
2.01.01.02	Impostos e Encargos Sociais a Recolher	853	765
2.01.01.03	Encargos Trabalhistas	461	362
2.01.01.04	Impostos e Contribuições	572	825
2.01.02	Débitos de Operações	424	98
2.01.02.01	Seguros e Resseguros	424	98
2.01.02.01.02	Operações com Resseguradoras	424	98
2.01.03	Depósitos de Terceiros	28	87
2.01.04	Provisões Técnicas	13.782	13.328
2.01.04.01	Seguros e Resseguros	13.782	13.328
2.01.04.01.02	Provisão de Sinistros a Liquidar	13.782	13.328
2.02	Passivo Não Circulante	178.535	171.947
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	178.535	171.947
2.02.01.01	Contas a Pagar	2.619	4.001
2.02.01.01.01	Tributos Diferidos	2.180	2.896
2.02.01.01.02	Obrigações a Pagar	439	1.105
2.02.01.02	Débitos das Operações	1.850	1.864
2.02.01.03	Provisões Técnicas	92.184	87.899
2.02.01.03.01	Seguros e Resseguros	92.184	87.899
2.02.01.04	Outros Passivos	81.882	78.183
2.02.01.04.01	Provisões Judiciais	81.882	78.183
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	189.874	173.654
2.03.01	Capital Social Realizado	100.000	100.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	6.489	6.656
2.03.03.01	Ativos Próprios	5.290	5.451
2.03.03.02	Controladas/Coligadas	1.199	1.205
2.03.04	Reservas de Lucros	93.817	79.291
2.03.04.01	Reserva Legal	20.000	20.000
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	15.294	15.294
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	58.523	43.951
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	46
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-10.432	-12.293

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receitas das Operações	4.536	2.891
3.01.01	Operações de Seguros	4.536	2.891
3.01.01.01	Prêmios de Seguros Ganhos	306	1.170
3.01.01.02	Outras Receitas de Seguros	4.230	1.721
3.02	Sinistros e Despesas das Operações	-3.216	1.037
3.02.01	Operações de Seguros	-6.077	379
3.02.01.01	Sinistros Retidos de Seguros	-2.958	966
3.02.01.02	Despesas de Comercialização de Seguros	-15	-34
3.02.01.03	Outras Despesas de Seguros	-3.104	-553
3.02.02	Operações de Resseguros	2.861	658
3.02.02.01	Sinistros Retidos de Resseguros	2.861	658
3.03	Resultado Bruto	1.320	3.928
3.04	Despesas Administrativas	-24.452	-21.160
3.04.01	Despesas com Pessoal Próprio	-13.668	-12.005
3.04.02	Despesas com Serviços de Terceiros	-4.117	-3.268
3.04.03	Despesas com Localização e Funcionamento	-3.923	-3.653
3.04.04	Despesas com Publicidade e Propaganda	-360	-127
3.04.05	Despesas com Tributos	-1.382	-1.188
3.04.06	Despesas com Publicações	-429	-399
3.04.07	Despesas com Donativos e Contribuições	-89	-81
3.04.08	Outras Despesas Administrativas	-484	-439
3.05	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-616	7.236
3.05.01	Receitas com Imóveis de Renda	523	932
3.05.02	Despesas com Imóveis Destinados à Renda/Venda	-2.703	-2.963
3.05.03	Outros Investimentos	9	8
3.05.04	Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes	1.562	9.259
3.05.05	Despesas com Vendas	-7	0
3.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	36.857	15.854
3.06.01	Receitas de Equivalência Patrimonial	36.857	15.854
3.07	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	13.109	5.858
3.08	Resultado Financeiro	4.412	2.462
3.08.01	Receitas Financeiras	12.341	8.786
3.08.02	Despesas Financeiras	-7.929	-6.324
3.09	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	17.521	8.320
3.10	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	706	991
3.10.02	Diferido	706	991
3.11	Resultado Líquido das Operações Continuadas	18.227	9.311
3.13	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	18.227	9.311
3.13.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	18.227	9.311
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	2,26034	1,15464
3.99.01.02	PN	2,48638	1,2701

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	18.227	9.311
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.063	-23.457
4.02.01	Ajustes ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	305	-4.226
4.02.02	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	-40	1.124
4.02.03	Baixa de Redução ao Valor Recuperável de Ativos Reavaliados	0	237
4.02.04	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	2.302	-22.280
4.02.05	Realização da Reserva de Reavaliação (líquida de tributos)	391	1.430
4.02.06	Dividendos Prescritos	158	232
4.02.07	Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	-112	-424
4.02.08	Efeitos Tributários do Ajuste de Conversão	80	420
4.02.12	Aumento de Participação em Coligada	0	30
4.02.13	Redução de Participação em Coligada	-21	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	21.290	-14.146
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	21.290	-14.146

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.000	1.460
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-23.710	-13.946
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	18.227	9.311
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	655	581
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-36.857	-15.854
6.01.01.06	Perda por Redução ao Valor Recuperável dos Ativos	633	221
6.01.01.07	Ganho com Alienação de Investimento e Imobilizado	-1.555	-9.259
6.01.01.08	Receitas com Atualização Monetária de Depósitos Judiciais e Outros	-5.063	-1.672
6.01.01.09	Receitas com Créditos Fiscais e Previdenciários	-203	-128
6.01.01.10	Despesas com Atualização e Juros de Provisões Técnicas	2.231	2.952
6.01.01.11	Rendimento com Aplicações Financeiras	-5.951	-2.525
6.01.01.12	Despesas com Atualização Monetária de Provisões Judiciais	4.670	1.476
6.01.01.15	Provisões Trabalhistas e Cíveis	-497	951
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	22.710	15.406
6.01.02.01	Ativos Financeiros	34.198	22.778
6.01.02.02	Créditos das Operações de Seguros e Resseguros	2.215	498
6.01.02.03	Ativos de Resseguros	217	4.572
6.01.02.04	Créditos Fiscais e Previdenciários	1.406	2.823
6.01.02.05	Depósitos Judiciais e Fiscais	372	-1.087
6.01.02.06	Despesas Antecipadas	0	56
6.01.02.07	Outros Ativos	-248	601
6.01.02.08	Impostos e Contribuições	-206	226
6.01.02.09	Fornecedores e Outras Contas a Pagar	-4.986	-1.590
6.01.02.10	Débitos Operacionais com Seguros e Resseguros	235	128
6.01.02.11	Depósitos de Terceiros	-58	25
6.01.02.12	Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros	-2.319	-9.139
6.01.02.13	Provisões Judiciais	323	246
6.01.02.14	Outros Passivos	-413	-1.086
6.01.02.15	Ajuste Oscilação Cambial	-35	-3.216
6.01.02.16	Outros Créditos Operacionais	-7.991	-429
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	6.115	15.821
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-269	-215
6.02.02	Aquisição de Investimentos	0	-50.085
6.02.03	Aquisição de Intangível	-4.603	-860
6.02.05	Alienação de Investimentos	4.547	52.907
6.02.07	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Recebidos	6.440	14.074
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.950	-14.511
6.03.01	Dividendos Pagos	-7.950	-14.511
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.835	2.770
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.027	1.257
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.192	4.027

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	100.000	6.656	79.291	0	-12.293	173.654	0	173.654
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	6.656	79.291	0	-12.293	173.654	0	173.654
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	224	-46	0	0	178	0	178
5.04.08	Ajuste Provisão	0	224	0	0	0	224	0	224
5.04.09	Dividendos deliberados pela AGO de 30 de março de 2022	0	0	-46	0	0	-46	0	-46
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.755	2.535	21.290	0	21.290
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.227	0	18.227	0	18.227
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	528	2.535	3.063	0	3.063
5.05.02.06	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	0	0	0	0	305	305	0	305
5.05.02.07	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	0	0	0	0	-40	-40	0	-40
5.05.02.08	Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	0	0	0	0	-112	-112	0	-112
5.05.02.09	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	0	0	0	0	2.302	2.302	0	2.302
5.05.02.10	Dividendos Prescritos	0	0	0	158	0	158	0	158
5.05.02.11	Efeitos Tributários do Ajuste de Conversão	0	0	0	0	80	80	0	80
5.05.02.12	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	391	0	391	0	391
5.05.02.16	Redução de Participação em Coligada	0	0	0	-21	0	-21	0	-21
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-391	14.572	-18.755	-674	-5.248	0	-5.248
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-391	0	0	0	-391	0	-391
5.06.11	Realização de Oscilação Cambial de Investimento no Exterior	0	0	0	936	-936	0	0	0
5.06.12	Efeitos Tributários Sobre Realização de Oscilação Cambial de Investimento no Exterior	0	0	0	-262	262	0	0	0
5.06.13	Dividendo Mínimo	0	0	0	-4.857	0	-4.857	0	-4.857
5.06.14	Retenção de Lucros	0	0	14.572	-14.572	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	100.000	6.489	93.817	0	-10.432	189.874	0	189.874

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	100.000	8.431	74.971	0	15.514	198.916	0	198.916
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	8.431	74.971	0	15.514	198.916	0	198.916
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.177	0	0	-1.177	0	-1.177
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.177	0	0	-1.177	0	-1.177
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-4.749	15.989	-25.386	-14.146	0	-14.146
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.311	0	9.311	0	9.311
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-4.749	6.678	-25.386	-23.457	0	-23.457
5.05.02.06	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-4.226	-4.226	0	-4.226
5.05.02.07	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	0	0	0	0	1.124	1.124	0	1.124
5.05.02.08	Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	0	0	0	0	-424	-424	0	-424
5.05.02.09	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	0	0	0	0	-22.280	-22.280	0	-22.280
5.05.02.10	Dividendos Prescritos	0	0	0	232	0	232	0	232
5.05.02.11	Efeitos Tributários do Ajuste de Conversão	0	0	0	0	420	420	0	420
5.05.02.12	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	1.430	0	1.430	0	1.430
5.05.02.14	Realização de Lucros de Investida	0	0	-4.749	4.749	0	0	0	0
5.05.02.15	Aumento de Participação em Coligada	0	0	0	30	0	30	0	30
5.05.02.17	Baixa de Redução ao Valor Recuperável de Ativos Reavaliados	0	0	0	237	0	237	0	237
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.775	10.246	-15.989	-2.421	-9.939	0	-9.939
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.430	0	0	0	-1.430	0	-1.430
5.06.04	Ajuste Provisão	0	-345	0	0	0	-345	0	-345
5.06.07	Dividendo Mínimo	0	0	0	-3.415	0	-3.415	0	-3.415
5.06.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	46	-46	0	0	0	0
5.06.09	Distribuição de Reserva de Lucro a Realizar	0	0	0	-4.749	0	-4.749	0	-4.749
5.06.10	Retenção de Lucro	0	0	10.200	-10.200	0	0	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.06.11	Realização de Oscilação Cambial de Investimento no Exterior	0	0	0	2.873	-2.873	0	0	0
5.06.12	Efeitos Tributários Sobre Realização de Oscilação Cambial de Investimento no Exterior	0	0	0	-452	452	0	0	0
5.07	Saldos Finais	100.000	6.656	79.291	0	-12.293	173.654	0	173.654

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	3.828	2.098
7.01.01	Receitas com Operações de Seguros	231	598
7.01.04	Outras	4.230	1.721
7.01.05	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-633	-221
7.02	Variações das Provisões Técnicas	75	572
7.02.01	Operações de Seguros	75	572
7.03	Receita Operacional Líquida	3.903	2.670
7.04	Benefícios e Sinistros	-2.955	1.139
7.04.01	Sinistros	-4.663	725
7.04.02	Var Prov Sinistro Ocorrido (Não Avisado)	1.708	414
7.05	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.318	-8.957
7.05.01	Materiais, Energia e Outros	-8.186	-5.655
7.05.02	Serviços Terceiros - Comissões Líquidas	-4.132	-3.302
7.06	Valor Adicionado Bruto	-11.370	-5.148
7.07	Retenções	-655	-581
7.07.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-655	-581
7.08	Valor Adicionado Líquido Produzido	-12.025	-5.729
7.09	VI Adic Recebido/Cedido em Transferência	54.143	35.324
7.09.01	Receitas Financeiras	12.341	8.786
7.09.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	36.857	15.854
7.09.03	Resultado Operações Resseguros Cedidos	2.861	658
7.09.04	Resultado Operações Cosseguros Cedidos	-3	-173
7.09.05	Outros	2.087	10.199
7.10	Valor Adicionado Total a Distribuir	42.118	29.595
7.11	Distribuição do Valor Adicionado	42.118	29.595
7.11.01	Pessoal	11.986	10.797
7.11.01.01	Remuneração Direta	8.968	7.983
7.11.01.02	Benefícios	2.128	1.892
7.11.01.03	F.G.T.S.	890	922
7.11.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.807	3.068
7.11.02.01	Federais	2.348	1.371
7.11.02.02	Estaduais	5	28
7.11.02.03	Municipais	1.454	1.669
7.11.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8.098	6.419
7.11.03.01	Juros	7.929	6.324
7.11.03.02	Aluguéis	169	95
7.11.04	Remuneração de Capitais Próprios	18.227	9.311
7.11.04.02	Dividendos	4.857	3.415
7.11.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.370	5.896

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Aliança da Bahia (“Companhia”), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 acompanhada do Relatório dos Auditores independentes.

Lucro Líquido - O lucro líquido do exercício foi de R\$ 18.227 mil, que após ajustes decorrentes da prescrição de dividendos declarados em exercícios anteriores no total de R\$ 158 mil, da perda com alteração de participação em coligada de R\$ 21 mil, da realização da reserva de reavaliação no valor de R\$ 391 mil e da realização líquida de tributos da oscilação cambial de investimento no exterior de R\$ 674 mil, resultou no montante de R\$ 19.429 mil, para o qual propomos a seguinte destinação: dividendo mínimo obrigatório R\$ 4.857 mil; e retenção de lucros R\$ 14.572 mil, conforme orçamento de capital.

Política de reinvestimento - Considerando que a Companhia já aplicou na sua totalidade os valores vinculados aos projetos de investimentos baseados nas reservas de retenções de lucros apurados nos exercícios sociais encerrados em 31.12.2019 e 31.12.2020, previstos no orçamento de capital aprovado em AGO em 2021 no valor de R\$ 33.751 mil e visando capitalizar a Companhia, o referido montante será mantido na reserva de lucros até posterior deliberação.

Além disso, a Companhia realizou parte do orçamento previsto para reservas de lucros no valor de R\$ 4.761 mil, referente a retenção aprovada em AGO em 2022 no valor de R\$ 10.200 mil, com modernização do sistema gestão de TI e Investimentos para lançamento e implantação de novos produtos.

Conjuntura Econômica do Setor de Seguros - O setor de seguros (sem saúde e sem DPVAT) encerrou 2022 com expansão de 16,2% em sua arrecadação sobre 2021 e movimentou R\$ 355,9 bilhões em prêmios de seguros, contribuições em previdência privada e faturamento de capitalização. Fonte: Conjuntura CNseg 84.

Revitalização das Operações da Companhia - Foi aprovado o projeto de revitalização das operações de seguros com o lançamento de novos produtos nos segmentos pessoal (vida, acidentes pessoais e prestamista) e de danos (residencial, empresarial, riscos diversos e garantia estendida). Com isso, vem implementando medidas para reposicionamento estratégico de suas operações, prospectando oportunidades de negócios e diversificando o portfólio de produtos.

A Companhia deu um passo importante, em sua retomada, firmando através de contrato de representação (canal de distribuição) para venda de produtos de seguros com um parceiro Varejista, com direito de exclusividade na oferta dos produtos de seguros e assistência nas lojas físicas e meios digitais. O contrato estabeleceu um adiantamento de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

R\$ 7.000 mil a título de remuneração por vendas futuras e R\$ 1.097 mil referente ao pagamento pelo direito de exclusividade. Em decorrência dessa parceria, em janeiro de 2023, a Companhia iniciou o processo de vendas do Seguro Garantia Estendida, que visa a proteção de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, portáteis, móveis, dentre outros após o vencimento da garantia original do fabricante, gerando tranquilidade e aproveitamento por muito mais tempo com o bem adquirido.

Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil (LGPD) - A Companhia, comprometida com a adequação dos tratamentos de dados pessoais que realiza com a Lei Geral de Proteção de Dados, concluiu o seu plano em 2021. O objetivo foi proporcionar um controle maior sobre o tratamento dos dados pessoais dos clientes, colaboradores e fornecedores.

Desempenho operacional:

No exercício de 2022, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 18.227 mil, evolução de 95,76% em relação ao reportado no mesmo período de 2021. O valor patrimonial da ação em 31/12/2022 ficou avaliado em R\$ 24,72 (R\$ 22,61, em 31/12/2021), representando um aumento de 9,34% em relação ao exercício anterior. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido inicial foi de 10,49% (4,68%, em 31/12/2021) e o lucro por ação R\$ 2,37 (R\$ 1,21, em 31/12/2021).

Prêmios Emitidos Líquidos - Os prêmios ganhos alcançaram o valor de R\$ 306 mil (R\$ 1.170 mil, no mesmo período do ano anterior), considerando o efeito da Variação das Provisões Técnicas de Prêmios positiva de R\$ 75 mil (R\$ 572 mil, no mesmo período do ano anterior).

Sinistros - Os sinistros ocorridos, com os efeitos de resseguro no exercício de 2022 corresponderam a uma despesa de R\$ 97 mil contra uma reversão de R\$ 1.624 mil no exercício de 2021.

Despesas administrativas - As despesas administrativas incorridas no exercício de 2022 foi no valor de R\$ 23.070 mil (R\$ 19.972 mil, no mesmo período do ano anterior) um aumento de 15,51%, representado basicamente com despesas de pessoal para adequação às necessidades da nova estrutura operacional assim como consultorias especializadas.

Resultado de investimentos em participações societárias - Atingiu um resultado positivo no valor de R\$ 36.099 mil, crescimento de 125,66% em comparação com o exercício de 2021, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9. O resultado apresentado foi basicamente do efeito de equivalência patrimonial da investida Brasilcap Capitalização S.A. no valor de R\$ 34.530 mil (R\$ 559 mil, no mesmo período do ano anterior).

Remuneração das aplicações financeiras - A Companhia apresentou no exercício de 2022 o valor de R\$ 5.951 mil (R\$ 2.525 mil, no mesmo período do ano anterior), aumentando 135,68% com a performance da carteira (elevação da taxa de juros);

Ganho com ativos não correntes - No exercício de 2022 obteve ganhos sobre a vendas dos imóveis de R\$ 1.555 mil (R\$ 8.594 mil, no mesmo período do ano anterior). Em 2021 ocorreram vendas de outras participações societárias no valor de R\$ 665 mil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

AUDITORIA - Em atendimento à Instrução nº 381/2003, da Comissão de Valores Mobiliários, registre-se que durante o exercício de 2022 a Companhia de Seguros Aliança da Bahia efetuou pagamentos à KPMG Auditores Independentes por serviços exclusivamente de auditoria.

DECLARAÇÃO DE DIRETORIA - Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 80/2022, artigo 27, § 1º, incisos V e VI e do artigo 30 a Diretoria declara que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

AGRADECIMENTOS - Manifestamos às autoridades do setor nossa gratidão e alto apreço. Reiteramos, também, nossos agradecimentos aos nossos segurados, corretores e aos acionistas pela confiança e consideração que sempre nos têm distinguido, bem como aos nossos funcionários pelo apoio e colaboração.

Salvador, 28 de fevereiro de 2023.

A ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Silvano Gianni
Presidente

José Maria Souza Teixeira Costa
Vice-Presidente

Manoel Eduardo Pedreira Torres
Conselheiro

DIRETORIA

José Renato de Almeida Gonçalves Tourinho
Diretor Presidente

Rodrigo Ribeiro Accioly
Diretor

Augusto Cesar Carvalho Kruschewsky
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Solon Britto Barretto
Diretor

Paulo Pereira Ferreira - MIBA nº 507
Atuário Independente

Ligia Barreto Sales Perrelli Macêdo - **Contadora** - CRC-BA 027808/O-0

Notas Explicativas**COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA****Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto a quantidade de ações)**

1. Contexto operacional

A Companhia de Seguros Aliança da Bahia (“Companhia”), constituída em 1870, tem por objetivo social as operações nos segmentos de seguros de pessoas e de danos, estando atualmente operando com os ramos de acidentes pessoais coletivo e vida em grupo.

A partir de janeiro 2021, em atendimento à resolução CNSP nº 388, de 8 de setembro de 2020, e alterações posteriores, a Companhia está enquadrada no segmento 3 (“S3”), para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial.

A Companhia, além da matriz em Salvador, opera com a sucursal em São Paulo, mantendo ainda uma subsidiária integral no Uruguai denominada Compañia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. (“Compañia Uruguay”) que encontra-se em processo de liquidação voluntária.

Dentre as atividades realizadas pela Companhia, figuram a participação na Brasilcap Capitalização S.A. (“Brasilcap”) referência no mercado de capitalização e outras participações conforme nota explicativa nº 9, bem como investimentos em operações imobiliárias conforme nota explicativa nº 10.

▪ Resolução CNSP nº 432/2021

A partir de 3 de janeiro de 2022, entrou em vigor a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP Nº 432, atualizada pela Resolução - CNSP 448 de 10 de outubro de 2022, que revogou as Resoluções 321/2015, 412/2021 entre outras. As alterações estabelecem para as sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras a inclusão de ajustes de qualidade de cobertura do capital mínimo requerido (CMR) no cálculo do patrimônio líquido ajustado (PLA).

▪ Revitalização das Operações da Companhia

A Companhia informou através do Fato Relevante do dia 23 de fevereiro de 2022 aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi aprovado o projeto de revitalização das operações de seguros com o lançamento de novos produtos nos segmentos pessoal (vida, acidentes pessoais e prestamista) e de danos (residencial, empresarial, riscos diversos e garantia estendida), sendo certo que as atividades operacionais, desde 2010, vinham sendo conduzidas com o *run-off* de seguros a liquidar, relativamente às operações anteriormente contratadas.

Além disso, a Companhia vem implementando medidas para reposicionamento estratégico de suas operações, destacando-se:

- ✓ Reestruturação da equipe e contratação de novos profissionais das áreas comercial, técnica e operações;
- ✓ Renovação gradativa do seu parque tecnológico;
- ✓ Prospecção de oportunidades de negócios com parceiros estratégicos; e
- ✓ Diversificação do portfólio de produtos da Companhia, em alinhamento com o plano de negócios.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: “*International Financial Reporting Standards*” (IFRS) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board*” (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Por não haver diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o da controladora, as demonstrações financeiras estão sendo divulgadas em um único conjunto.

A autorização para emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 foi concedida pela Diretoria da Companhia em 28 de fevereiro de 2023.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 foram analisadas pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2023.

Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A moeda funcional e de apresentação é o real (R\$), sendo os valores das demonstrações financeiras individuais e consolidadas expressos em milhares de reais.

3. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera os seguintes principais aspectos:

▪ Prêmios e comissões

Os prêmios e comissões são apropriados ao resultado pela emissão das respectivas apólices, deduzidos dos cancelamentos e restituições e diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices, quando aplicável.

Os juros cobrados do segurado, em caso de prêmios pagos a prazo são denominados como adicional de fracionamento e são apropriados ao resultado financeiro ao longo do prazo de parcelamento acordado, quando aplicável.

▪ Retrocessões

O resultado de retrocessões, decorrente de indenizações e provisões técnicas, é apropriado trimestralmente, com base nos valores informados pelo IRB - Brasil Resseguros S.A.,

Notas Explicativas

atualizados monetariamente, quando aplicável. Os valores de retrocessões correspondem às transações residuais de participação obrigatória, não estando a Companhia operando pelas condições facultativas.

b) Ativo circulante e realizável a longo prazo (não circulante)

i. Instrumentos Financeiros - Classificação e mensuração

▪ Títulos para negociação - valor justo por meio do resultado (nota explicativa nº 4)

Representam títulos e valores mobiliários não derivativos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são reconhecidos ao valor justo, mensalmente, na demonstração do resultado.

▪ Títulos disponíveis para venda - valor justo por meio de outros resultados abrangentes (nota explicativa nº 4)

Representam títulos e valores mobiliários não derivativos que não se enquadram nas outras categorias. São ajustados ao valor de mercado, computando-se as valorizações ou desvalorizações em contrapartida à conta “ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido, com seu respectivo efeito tributário. Quando da alienação dos títulos procede-se à baixa dos ganhos ou perdas para o resultado.

▪ Empréstimos e recebíveis

Representam ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, efetuando-se a atualização monetária, quando aplicável, menos perda por redução ao valor recuperável. Nesta categoria se encontram os prêmios de seguro a receber, os sinistros pagos a recuperar do IRB e congêneres, aluguéis e outros créditos operacionais representados substancialmente por adiantamento de comissão a título de remuneração por vendas futuras dos produtos de seguros e por créditos com operações com a Caixa Econômica Federal (CEF)/Sistema Financeiro Habitacional (SFH), bem como direitos resultantes da venda de imóveis e créditos a receber das investidas.

A redução ao valor recuperável dos créditos de realização duvidosa é constituída tomando por base: para os créditos de prêmios a receber vencidos relativos a riscos decorridos; os valores a recuperar do IRB - Brasil Resseguros S.A. referentes aos sinistros pagos há mais de 180 dias; e para os demais créditos é reconhecida a redução, quando aplicável, no montante suficiente para suportar a perda esperada.

A Companhia não praticou ajustes a valor presente sobre estes itens por não serem aplicáveis.

ii. Demais itens

Os demais itens classificados no ativo circulante e no realizável a longo prazo (não circulante) são demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os

Notas Explicativas

rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridos que são reconhecidos no resultado.

A redução ao valor recuperável dos demais créditos de realização duvidosa é reconhecida em base suficiente para suportar a perda esperada, quando aplicável.

Nos ativos circulante e não circulante, na rubrica “ativos de resseguros - provisões técnicas”, está considerada a parte do ressegurador no montante das provisões de sinistros a liquidar e de despesas relacionadas - PDR.

As participações do ressegurador nas demais provisões técnicas estão consideradas na mesma rubrica do ativo circulante.

A Companhia não praticou ajustes a valor presente sobre estes itens por não serem aplicáveis.

c) Investimentos em participações societárias

As participações societárias em controlada, coligada e investida sob controle comum são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, para fins das demonstrações financeiras individuais. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido das investidas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os demais investimentos, representados por outras participações societárias, são contabilizados pelo custo de aquisição, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

d) Propriedades para investimentos

Neste grupo estão classificados os imóveis urbanos não destinados ao uso próprio, demonstrados ao custo de aquisição deduzidos de depreciações e perdas considerando a última reavaliação, em 2006.

As propriedades para investimentos que forem arrendadas obedecerão às regras do CPC 06 (R2), já em vigor.

Um item do grupo de investimentos é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu custo. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimentos (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

A composição detalhada do grupo de investimentos consta da nota explicativa nº 10.

e) Bens a Venda - Ativo Não Circulante Mantido para Venda

Os imóveis urbanos não destinados ao uso próprio, são classificados mantidos para venda quando são colocados efetivamente para venda imediata em suas condições atuais, que se encontram sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros e que seja altamente provável durante 12 meses para sua realização. São mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o seu valor justo menos as despesas de venda.

Notas Explicativas

f) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, exceto quanto aos imóveis (terrenos e edificações) que foram reavaliados a preços de mercado em dezembro de 2006.

A Companhia verifica no final de cada período a necessidade de reconhecer perda para redução ao valor recuperável (*impairment*) dos itens do ativo imobilizado, bem como rever as taxas de depreciação.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu custo.

Neste grupo será lançado qualquer operação de arrendamento classificado como Bens de Direito de Uso que estiver enquadrado nas regras do CPC 06 (R2), já em vigor.

A composição detalhada do imobilizado consta da nota explicativa nº 11.

g) Intangível

Representa, essencialmente, o custo de aquisição e desenvolvimento de softwares, deduzido das amortizações que são calculadas pelo método linear à taxa de 20% a.a. e pela aquisição dos direitos de exclusividade dos canais de venda de seguro garantia, que são amortizados pelo método linear com base nos prazos contratuais, quando aplicável.

Os custos com softwares que são diretamente atribuíveis a projetos com desenvolvimento, são reconhecidos como ativos intangíveis e os custos associados à manutenção como despesa no resultado, conforme incorridos.

A Companhia mantém registrado gastos na implementação de novos softwares que estão em andamento, sem amortização.

A composição detalhada do intangível consta da nota explicativa nº 12.

h) Provisões técnicas - seguros

Com referência às provisões técnicas a Companhia aplicou as normas previstas na Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021 e na circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores.

▪ Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)

Calculada “pro-rata” dia com base nos prêmios emitidos e prêmios de resseguro e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período a decorrer na data-base de cálculo. Quando aplicável, é constituída, também, para riscos vigentes e não emitidos. Não houve contabilização para esta provisão na controladora e na controlada que se encontra em liquidação voluntária.

Notas Explicativas

▪ Provisão Complementar de Cobertura

Esta provisão deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado semestralmente no Teste de Adequação de Passivos (TAP), a qual não é cumulativa. Em 31 de dezembro de 2022, o montante desta provisão está constituído pelo valor de R\$ 2.107, classificado no passivo não circulante correspondente a prêmios futuros (R\$ 2.183, em 31/12/2021), conforme consta na nota explicativa nº 23d.

▪ Provisão de sinistros a liquidar (PSL)

Provisão constituída mensalmente com base na estimativa dos valores a indenizar ao segurado, incluindo as operações de cosseguros aceitos, acrescida de encargos financeiros, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros, líquida da responsabilidade do cossegurador e bruta de resseguros. A parcela referente às operações de retrocessões toma como base as informações recebidas do IRB-Brasil Resseguros S.A.

Para os sinistros em litígio, a Companhia classifica as provisões no circulante e não circulante em função do tempo de expectativa de liquidação da obrigação.

▪ Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER)

Trata-se de uma parcela específica da provisão de sinistros a liquidar (PSL) com o objetivo de ajustar, agregadamente, os valores de sinistros avisados e não pagos, nas esferas administrativas e judiciais. Esta provisão é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, descritas em nota técnica atuarial, e com base no desenvolvimento histórico dos sinistros, também líquida da responsabilidade do cossegurador e bruta de resseguros. Em 31 de dezembro de 2022, esta provisão apresenta o saldo de R\$ 489, conforme metodologia aplicada pela Companhia.

▪ Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)

Constituída mensalmente para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros ocorridos e não avisados, nas esferas administrativas e judiciais, incluindo as parcelas de cosseguros aceitos, segundo nota técnica atuarial, líquida da responsabilidade do cossegurador e bruta de resseguro. Em 31 de dezembro de 2022, esta provisão apresenta o saldo de R\$ 201, conforme metodologia aplicada pela Companhia.

▪ Provisão de despesas relacionadas (PDR)

Constituída mensalmente para cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas individuais para cada sinistro, quanto às despesas relacionadas aos sinistros de forma agrupada, líquida de cosseguros cedidos e bruta de resseguros.

Notas Explicativas

i) Teste de adequação de passivos (TAP)

O Pronunciamento CPC 11- Contratos de Seguros requer que as seguradoras e operadoras emitentes de contratos classificados como contratos de seguro analisem a adequação dos passivos, constituídos pelas provisões técnicas, registrados em cada semestre, através de um Teste de Adequação de Passivos (TAP), observando-se as regras definidas e procedimentos para sua realização, conforme normas do órgão regulador.

Este teste deve avaliar as obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguro, a ser elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas.

As estimativas correntes dos fluxos de caixa, dessas obrigações, deverão considerar todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro para as sociedades seguradoras, descontadas a valor presente com base nas Estruturas a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) livre de riscos e comparadas com as provisões técnicas constituídas em junho e em dezembro de cada ano.

A partir de janeiro de 2022 a SUSEP passou a adotar nova metodologia de estimativa das estruturas a termo das taxas de juros livre de riscos para a curva prefixada utilizada pela Companhia. Entretanto, a sua obrigatoriedade foi a partir de junho de 2022. Para a curva de Cupom de IPCA não houve alterações, sendo utilizada, pela Companhia, a curva estimada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

Se o resultado do teste de adequação de passivo relativo a prêmios registrados/não registrados indicar insuficiência, já deduzida a parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil na data-base dos títulos “mantidos até o vencimento” em garantia das provisões técnicas, a Companhia deverá reconhecê-la na Provisão Complementar de Cobertura (PCC); se o resultado do teste relativo às demais provisões técnicas (PSL, PDR e IBNR) indicar insuficiência, a Companhia deverá reconhecê-la na própria provisão técnica deficitária e ajustar a sua metodologia e recalculer o teste de adequação.

j) Provisões para tributos diferidos

As provisões para tributos diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data base das demonstrações financeiras sobre os efeitos diferidos decorrentes de valores não tributáveis temporariamente sobre: ganhos não realizados na carteira de ações e venda de imóveis (circulante); reserva de reavaliação de imóveis (em 2006); e oscilação cambial de investimento no exterior (não circulante). A composição detalhada destas provisões consta da nota explicativa nº 13.

k) Provisões judiciais

Os valores das provisões judiciais nas esferas fiscais, trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente, de acordo com os índices legais aplicáveis às diversas circunstâncias, cujas expectativas de êxito são avaliadas pelos assessores jurídicos como: provável, possível e remota. A composição detalhada destas provisões consta na nota explicativa nº 14.

Notas Explicativas

A Companhia não praticou ajustes a valor presente sobre estas provisões por não serem aplicáveis.

l) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem cálculos para redução ao valor recuperável de contas a receber, imóveis (vidas úteis e *impairment*) e provisões técnicas, fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

m) Critérios de consolidação

No processo de consolidação são eliminados os saldos de contas intercompanhias, o investimento na controlada, as receitas, as despesas e os lucros não realizados decorrentes de transações entre as Companhias consolidadas, quando aplicável.

A controlada Companhia Uruguay foi autorizada a funcionar em 24 de maio de 1995 pelo Poder Executivo do Uruguai no segmento de transporte, encontrando-se em processo de liquidação voluntária.

Para fins de consolidação, os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos em reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do período e as contas de resultado pela média mensal da taxa de câmbio. O valor líquido das diferenças cambiais resultantes dessa conversão é contabilizado no patrimônio líquido, em linha específica.

n) Resultado por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro líquido por ação utilizando a média ponderada das ações em circulação (ordinárias e preferenciais) durante o período correspondente ao resultado, sendo o mesmo para o básico e o diluído.

o) Demonstração do fluxo de caixa

A referida demonstração foi elaborada pelo método indireto, baseada na permissão prevista pelo órgão regulador.

p) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período sendo apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como suplemento das demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória, segundo as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS's).

Notas Explicativas

A DVA foi preparada com base nas disposições contidas no Pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

4. Aplicações (consolidado)

	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo de aquisição	Valor de mercado	%	Custo de aquisição	Valor de mercado	%
a) Títulos para negociação (valor justo por meio do resultado)						
Título de renda fixa						
Quotas de fundos especialmente constituídos - Públicos	20.842	22.113	46,6	35.350	36.262	48,1
Quotas de outros fundos de investimentos	13.236	14.703	30,9	23.875	24.016	31,8
Títulos de renda fixa - Públicos (Uruguai)	-	-	-	2.435	4.280	5,7
	34.078	36.816	77,5	61.660	64.558	85,6
b) Títulos disponíveis para venda (valor justo por meio de outros resultados abrangentes)						
Títulos de renda variável	8.498	10.491	22,1	9.002	10.689	14,2
c) Outras aplicações (custo amortizado)						
Outras	165	175	0,4	165	176	0,2
Total de aplicações		47.482	100,0		75.423	100,0
Total de ativo de aplicações - Circulante		47.307			75.423	
Total de ativo de aplicações - Não Circulante		175			-	

A Companhia mantém sua estratégia de investimentos, aplicando 77,5% da sua carteira em fundos de investimentos com os seguintes objetivos:

- Fundos de títulos públicos - superar a variação do CDI por meio de uma carteira composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos, destinados a sociedades seguradoras e sociedades de capitalização; e
- Fundos de renda fixa - que obtém uma diversificação de emissores financeiros e não financeiros, que buscam superar o CDI no longo prazo por meio de aplicação em fundos, cuja estratégia consiste na seleção de ativos de crédito considerados como baixo risco.

Em 2022, os fundos de renda fixa apresentaram uma rentabilidade de 12,59% equivalente a 101,74% do CDI.

Notas Explicativas

4.1. Movimento de aplicações (circulante e não circulante - consolidado)

	Saldos em 31/12/2020	Aplicação	Resgate/ (Venda)	Rendimento	Ganho (Perda)	Saldos em 31/12/2021	Aplicação	Resgate/ Venda	Rendimento	Ganho (Perda)	Saldos em 31/12/2022
Títulos de Renda Fixa - Privados	26.443	5.519	(33.848)	1.886	-	-	-	-	-	-	-
Títulos de Renda Fixa - Públicos	45.120	20.858	(66.034)	56	-	-	-	-	-	-	-
Quotas de fundos especialmente constituídos - Públicos	-	56.296	(20.361)	327	-	36.262	29.336	(46.866)	3.381	-	22.113
Quotas de outros fundos de investimentos	-	38.639	(14.878)	255	-	24.016	5.410	(17.293)	2.570	-	14.703
Títulos de Renda Fixa - Públicos - Uruguai	10.653	-	(6.048)	(636)	311	4.280	-	(3.869)	(418)	7	-
Títulos de renda variável	17.510	344	(4.923)	-	(2.242)	10.689	548	(1.249)	-	503	10.491
Outros	176	-	-	-	-	176	-	-	-	(1)	175
Totais	99.902	121.656	(146.092)	1.888	(1.931)	75.423	35.294	(69.277)	5.533	509	47.482

4.2. Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. O valor de referência foi definido como se segue:

- **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo.
- **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 1”, mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- **Nível 3:** títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

Notas Explicativas

	31/12/2022			31/12/2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Títulos para negociação (valor justo por meio do resultado)						
Quotas de fundos especialmente constituídos - Públicos	22.113	-	-	36.262	-	-
Quotas de outros fundos de investimentos	14.703	-	-	24.016	-	-
Títulos de renda fixa - Públicos (Uruguai)	-	-	-	4.280	-	-
Títulos disponíveis para venda (valor justo por meio de outros resultados abrangentes)						
Títulos de renda variável	10.491	-	-	10.689	-	-
Outras aplicações (custo amortizado)	-	-	175	-	-	176
Totais	47.307	-	175	75.247	-	176

5. Prêmios a receber**5.1 Movimentação dos prêmios a receber (controladora)**

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	4	33
Emissão	231	598
Cobrança	(235)	(627)
Saldo final	-	4

Notas Explicativas**5.2 Posição de vincendas (controladora)**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prêmios a vencer	-	4
Saldo final	<u>-</u>	<u>4</u>

6. Outros créditos operacionais (controladora)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valores a receber do SFH (i)	3.234	2.833
Comissões (ii)	7.000	-
Outros	-	44
Total	<u>10.234</u>	<u>2.877</u>
Circulante	7.000	44
Não circulante	<u>3.234</u>	<u>2.833</u>

- (i) A Companhia desde 2015, vem incorrendo em desembolsos relativos aos processos judiciais associados à apólice pública do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS/SFH, que passou a ser incluída nos processos judiciais, cujas demandas são garantidas pelo FCVS/SFH. As Seguradoras são acionadas no equivocado papel de representante, sendo de responsabilidade da CAIXA que é Administradora do referido Fundo. Em decorrência desta representação nas ações judiciais, é garantido às seguradoras, por serem partes ilegítimas nos processos, o direito de receberem o reembolso de todos os dispêndios incorridos.
- (ii) Em 18 de outubro de 2022, foi celebrado um contrato de representação para venda de produtos de seguros com um parceiro Varejista, com direito de exclusividade para a Companhia na oferta de produtos de seguros e assistência nas lojas físicas e meios digitais. O contrato estabelece um adiantamento de R\$ 7.000 a título de remuneração por vendas futuras, cujo pagamento foi efetuado em uma única parcela no dia 09 de novembro de 2022, a qual será amortizada pelos valores devidos sobre a comissão da representante.

7. Créditos tributários (controladora)

Os créditos correspondem substancialmente as retenções de IRPJ sobre JCP recebidos e saldos negativos de IRPJ e de CSLL, cujas restituições/compensações foram pleiteadas à Receita Federal do Brasil, tendo a Companhia recebido e compensado o valor de R\$ 1.357 durante o período de 2022. O total dos créditos fiscais apresentado no circulante decorrem de três pedidos de restituição que foram totalmente deferidos pela análise automática da Receita Federal em dezembro de 2022.

Abaixo estão demonstrados os valores dos créditos tributários:

Notas Explicativas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante		
Retenções de imposto de renda	1.004	213
Créditos de contribuições previdenciárias	5	4
Créditos Fiscais - IRPJ	918	43
Créditos Fiscais - CSLL	52	139
	<u>1.979</u>	<u>399</u>
Não circulante		
Créditos Fiscais - IRPJ	895	2.597
Créditos Fiscais - CSLL	5	44
	<u>900</u>	<u>2.641</u>
Total de créditos tributários e previdenciários	<u><u>2.879</u></u>	<u><u>3.040</u></u>

A Companhia não vem reconhecendo contabilmente os créditos tributários resultantes de bases negativas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, de prejuízos fiscais acumulados e de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados. Este procedimento decorre do fato de não haver, no momento, expectativa de base tributável futura relacionada com as suas atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2022, a base de cálculo negativa da CSLL e adições temporárias montavam a R\$ 93.485 (R\$ 83.245, em 31/12/2021) e o saldo de prejuízos fiscais e adições temporárias a R\$ 96.032 (R\$ 86.637, em 31/12/2021). Aplicando-se as respectivas alíquotas sobre os referidos valores, verifica-se a existência de crédito fiscal não contabilizado em favor da Companhia, correspondente a aproximadamente R\$ 38.966 (R\$ 38.308, em 31/12/2021), cuja compensação, apesar de não estar adstrita a qualquer prazo prescricional, encontra-se limitada a 30% dos lucros tributáveis gerados anualmente.

O cálculo da CSLL está considerando a alíquota de 16%, retornando ao patamar normal de 15%, a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme Lei nº 14.446 que alterou a Lei nº 7.689/1988 publicada em 2 de setembro de 2022.

8. Depósitos judiciais e fiscais (controladora)

A Administração da Companhia, em conjunto com os seus consultores jurídicos, entende ser indevida a cobrança de determinados tributos, motivo pelo qual vem ingressando com ações judiciais e depositando os valores correlatos com o intuito de provocar a respectiva suspensão de exigibilidade, o mesmo ocorrendo com determinada cobrança indevida de Foro pela União Federal.

Adicionalmente, a Companhia vem depositando judicialmente valores decorrentes de processos movidos por terceiros, por entender serem discutíveis as reivindicações quanto a sinistros reclamados e questões trabalhistas.

Os principais valores depositados constantes do realizável a longo prazo são:

Notas Explicativas

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais - Sinistros	3.804	3.658
Depósitos judiciais - IRB e congêneres	1.850	2.158
PIS	18.244	17.256
COFINS	62.418	59.225
Foro	189	176
Trabalhistas	101	131
CSLL - 2011	161	151
Outros depósitos	257	311
	87.024	83.066

Os passivos tributários e de Foro correspondentes aos valores depositados judicialmente, acima especificados, devidamente atualizados monetariamente, estão reconhecidos contabilmente, pelo valor do litígio, sob a rubrica “provisões judiciais” (passivo não circulante), quando aplicável, conforme resumido na nota explicativa nº 14. Para os depósitos judiciais relacionados com processos de sinistros há passivo equivalente sob a rubrica “provisões técnicas” no passivo não circulante.

Notas Explicativas

9. Participações societárias e outros investimentos

	Participação (%)		Capital social		Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) líquido		Valor do investimento		Equivalência patrimonial	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Controlada												
Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. ("Companhia Uruguay") 16.000.000 ações ON em 2022 e 2021 - em liquidação (i)	100,00	100,00	237	2.625	543	3.846	(758)	143	543	3.846	(758)	143
Coligada												
Brasilcap Capitalização S.A. ("Brasilcap") - 51.292.002 ações ON e 12.187.552 ações PN em 2022 e 51.292.002 ações ON e 12.397.310 ações PN em 2021 (ii)	15,86	15,91	354.398	254.393	649.780	474.965	217.767	3.512	103.032	75.561	34.530	559
Investida sob controle comum												
Companhia de Participações Aliança da Bahia ("Aliança Participações")- 176.200 ações ON e 590.221 ações PN em 2022 e 2021 (iii)	5,96	5,96	410.359	410.359	682.866	661.783	36.762	135.400	40.728	39.849	2.327	15.295
Outras participações societárias									383	383	-	-
Total de Participações societárias									144.686	119.639	36.099	15.997
Outros investimentos												
Incentivos fiscais									128	128		
Redução ao valor recuperável									(46)	(46)		
Total de Outros investimentos									82	82		
									144.768	119.721		

Notas Explicativas**(a) Movimentação das participações societárias**

	(i) Companhia Uruguay	(ii) Brasilcap	(iii) Aliança Participações	Outras participações	Total
Saldo em 31/12/2020	9.714	85.413	34.359	385	129.871
Dividendos	-	(4.882)	(8.101)	-	(12.983)
Juros sobre capital próprio	-	-	(1.224)	-	(1.224)
Redução de capital	(5.587)	-	-	-	(5.587)
Equivalência patrimonial	143	559	15.295	-	15.997
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(21.799)	(480)	-	(22.279)
Conversão acumulada	(424)	-	-	-	(424)
Aumento de capital e alteração na participação da coligada	-	16.240	-	-	16.240
Ganho com alteração na participação da coligada	-	30	-	-	30
Compra de ações	-	-	-	2	2
Venda de ações	-	-	-	(4)	(4)
Saldo em 31/12/2021	3.846	75.561	39.849	383	119.639
Dividendos	(134)	(3.211)	(669)	-	(4.014)
Juros sobre capital próprio	-	(5.871)	(763)	-	(6.634)
Redução de capital	(2.299)	-	-	-	(2.299)
Equivalência patrimonial	(758)	34.530	2.327	-	36.099
Ajuste de avaliação patrimonial	-	2.319	(16)	-	2.303
Conversão acumulada	(112)	-	-	-	(112)
Alteração na participação da coligada - transferência de ações	-	(275)	-	-	(275)
Perda com alteração na participação - transferência de ações	-	(21)	-	-	(21)
Saldo em 31/12/2022	543	103.032	40.728	383	144.686

(i) Companhia Uruguay - A controlada está em processo de liquidação voluntária, conforme fato relevante divulgado em 25 de março de 2019. Em decorrência do processo de liquidação voluntária dessa sociedade, foram aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária da controlada:

Em 30 de dezembro de 2021, a redução de capital no valor de R\$ 5.587 (US\$ 1.000 mil), sendo R\$ 2.793 (US\$ 500 mil) apresentado na rubrica do balanço patrimonial "Títulos e créditos a receber" e R\$ 2.793 (US\$ 500 mil) depositado no Banco Central do Uruguai a título de garantia no processo de liquidação, em nome desta Companhia, classificado no ativo não circulante "Depósitos compulsórios". Em janeiro de 2022, foi creditado o valor de R\$ 2.701 (US\$ 500 mil) referente aos títulos e créditos a receber; e

Em 17 de maio de 2022, mais uma redução de capital no valor de R\$ 2.299 (US\$ 463 mil) e R\$ 134 referente a distribuição de dividendos, cujo montante foi depositado no dia 29 de junho de 2022, convertido pela ptax do dia da operação, totalizando em um recebimento de R\$ 2.602.

(ii) Brasilcap - A participação da Companhia sobre o capital votante é de 23,75% e de 15,86% do capital total.

Em 2022, foi homologado pela SUSEP o aumento do capital social em R\$ 100.005, por meio da emissão de 76.340.000 novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, sem direito a voto, pelo preço unitário de emissão de R\$ 1,31 por ação, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, conforme AGE de 31 de dezembro de 2021 da coligada, tendo esta Seguradora subscrito 12.397.310 de ações preferenciais no montante de R\$ 16.240.

Notas Explicativas

Em 25 de novembro de 2022, em atenção ao disposto na cláusula 4, item 4.2 (“Opção de Compra”) do “Instrumento Particular de Compromisso de Subscrição de Participação Societária e Outras Avenças”, firmado em 22/12/2021, a BB Seguros exerceu seu direito através do termo de transferências das ações preferenciais, que visa retomar a mesma proporção acionária existente (excluída a participação dos demais acionistas minoritários). Deste modo, a Companhia transferiu a quantidade de 209.758 ações preferenciais de sua titularidade à BB Seguros ao preço de R\$ 1,31 por ação, remunerado pelo CDI acrescido de 1% (um por cento) ao ano, incidente pro rata desde a data de 31 de dezembro de 2021.

Em 11 de fevereiro de 2022, foi creditado o dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 133 do exercício de 2021.

Em dezembro de 2022, foi creditado para a Companhia os juros sobre capital próprio, líquido de imposto de renda, no valor de R\$ 4.990 e também foi constituído o valor a receber a título de complementação do dividendo mínimo obrigatório de R\$ 3.211, do exercício de 2022.

(iii) Aliança Participações - Esse investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base na classificação do CPC 18 (R2) [IAS 28] - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

A equivalência patrimonial da investida está influenciada do acréscimo de R\$ 2.066, líquido de tributos, decorrente do efeito reflexo sobre o lucro de R\$ 34.639 obtido pela investida Companhia de Participações Aliança da Bahia (“Aliança Participações”) na alienação total da sua participação de 16,1% do capital social total e 30,78% do capital votante do Banco Econômico S.A. (“BESA”), em Liquidação Extrajudicial, ao Banco BTG Pactual S.A.

Foram aprovadas nas seguintes datas em Reuniões do Conselho de Administração (“RCA”) da investida:

Em 29 de março de 2022, a distribuição de juros sobre capital próprio, líquido de imposto de renda, por conta dos lucros acumulados apurados nas demonstrações financeiras do 1º trimestre de 2022, cabendo a esta Companhia R\$ 498, cujo montante foi creditado no dia 29 de abril de 2022;

Em 30 de março de 2022, a distribuição a título de complementação do dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício de 2021, cabendo a esta Companhia o valor de R\$ 452, creditado no dia 30 de maio de 2022; e

Em 11 de novembro de 2022, a distribuição dos dividendos intercalares e juros sobre capital próprio, líquido de imposto de renda, cabendo a esta Companhia respectivamente os valores de R\$ 217 e R\$ 150, referente ao exercício de 2022, creditados no dia 5 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas

10. Propriedades para investimentos

			31/12/2022	31/12/2021
	Valor de aquisição/ reavaliação	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis urbanos não destinados ao uso próprio				
Terrenos	4.167	-	4.167	6.075
Edificações e benfeitorias	7.250	(3.862)	3.388	2.506
	<u>11.417</u>	<u>(3.862)</u>	<u>7.555</u>	<u>8.581</u>

A Companhia vem depreciando os bens reavaliados com base na vida útil econômica remanescente estimada para cada bem, conforme laudos de avaliação (nota 3d). Em 31 de dezembro de 2022, não existem imóveis oferecidos em garantia de processos judiciais com sinistros e tributos.

(i) Movimentação das propriedades para investimentos

	Custo de aquisição/ reavaliação	Obras em andamento	(-) Depreciação	(-) Redução ao valor recuperável	Valor líquido
Saldo em 31/12/2020	20.688	-	(3.791)	(214)	16.683
Adição	-	33.796	-	-	33.796
Depreciação	-	-	(249)	-	(249)
Baixa	(9.553)	(33.796)	1.388	214	(41.747)
Transferência do imobilizado	184	-	(86)	-	98
Saldo em 31/12/2021	<u>11.319</u>	<u>-</u>	<u>(2.738)</u>	<u>-</u>	<u>8.581</u>
Adição	-	-	-	-	-
Depreciação	-	-	(159)	-	(159)
Baixa (a)	(704)	-	177	-	(527)
Transferência do imobilizado (b)	2.664	-	(1.142)	-	1.522
Transferência para imóveis disponíveis para venda (c)	(1.862)	-	-	-	(1.862)
Saldo em 31/12/2022	<u>11.417</u>	<u>-</u>	<u>(3.862)</u>	<u>-</u>	<u>7.555</u>

Movimentação em 2021

Em atendimento às exigências regulatórias e o impacto no PLA em decorrência do excesso de imóveis no modelo de investimento *Built to Suit* (BTS) e o aporte de capital na Coligada Brasilcap Capitalização S.A., em dezembro de 2021 a Administração da Companhia decidiu vender a operação modelo de *Built to Suit* (BTS) de que trata a retenção de lucros em dezembro de 2020 juntamente com o valor dos imóveis, no valor de R\$ 42.030, sendo o custo total de R\$ 38.983, a qual gerou um lucro de R\$ 3.047 no exercício de 2021, cujo empreendimento já se encontra concluído.

O valor da operação foi avaliado a valor justo considerando que o adquirente se responsabilizaria pelo término da obra, sendo o laudo de avaliação emitido pela empresa Baker Tilly Auditoria e Consultoria Ltda, que utilizou a metodologia de Fluxo de Caixa Descontado do período de janeiro de 2022 a 31 de março de 2061, levando em consideração o período da obra/investimento ainda a realizar e prazo de locação do contrato do BTS - 40 anos.

Notas Explicativas

O instrumento de compra e venda foi assinado com uma empresa do grupo, Aliança da Bahia Patrimonial Ltda - subsidiária integral da Companhia de Participações, no dia 21 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 42.030 pago à vista. Além do valor da venda, houve também o ressarcimento do adiantamento de obra feito pela Seguradora no montante de R\$ 4.603.

Movimentação em 2022

- (a) Nos meses de janeiro, julho e outubro de 2022, foram alienados imóveis respectivamente, no valor de R\$ 1.000, R\$ 900 e R\$ 190, gerando um lucro de R\$ 1.555 e efeito na redução de prejuízos fiscais de R\$ 446.
- (b) Em 2022, foi transferido da rubrica imobilizado para investimento o imóvel onde funcionava a sede da Companhia, devido ao fato de não estar sendo mais utilizado nas atividades administrativas e operacionais, e a Administração vem prospectando um contrato de arrendamento.
- (c) Transferência de dois terrenos avaliados ao método de custo para a rubrica “Bens a Venda” de ativos não circulantes mantidos para a venda.

(ii) Resumo das características dos imóveis classificados como propriedades para investimentos

A Companhia mantém no seu ativo, no grupo de investimentos, imóveis que não são utilizados nas suas atividades administrativas e operacionais. Estes imóveis estão disponíveis para locação e futura venda, inclusive os que estavam em garantia das provisões técnicas até 31 de outubro de 2017.

a) Unidades imobiliárias

O quadro abaixo demonstra a composição atual das unidades imobiliárias (classificação e quantidade).

Muitos imóveis são das décadas compreendidas entre 1930 e 1960 e outros de maior potencialidade econômica foram incorporados ao patrimônio da Companhia a partir da década de 1970.

Descrição	Locadas	Disponíveis p/Locação ou Venda	Total
Terrenos	-	11	11
Prédio residencial	-	1	1
Prédios comerciais	6	1	7
Apartamentos	4	-	4
Salas	8	33	41
Lojas	4	4	8
Conjuntos comerciais	3	8	11
Total	25	58	83

Notas Explicativas**b) Posição de aluguéis a receber**

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	81	89
Vencidos		
30 dias	21	14
60 dias	16	7
90 dias	2	4
120 dias	2	4
150 dias	1	4
180 dias	1	4
>180 até 360 dias	22	60
>360 dias	750	703
Redução ao valor recuperável (nota 3d)	(814)	(778)
Saldo final	82	111

c) Efeito resultado

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Resultado dos imóveis para renda		
Receitas com imóveis de renda	523	932
Despesas com imóveis destinados à renda ou venda	(2.703)	(2.963)
	(2.180)	(2.031)
Resultado dos imóveis com alienação		
Imóveis	2.090	50.490
Custo dos Imóveis	(528)	(41.896)
Despesas com vendas	(7)	-
	1.555	8.594
Resultado total dos imóveis	(625)	6.563

d) Reajuste médio auferido nos contratos de aluguel

Os reajustes contemplam a variação anual do IGPM-FGV/IPCA, conforme pactuado em cada contrato. Quando das renovações a Companhia adota, quando possível, o preço de mercado.

e) Eventuais riscos adicionais a que estão expostos os créditos de aluguéis a receber e os investimentos

Os créditos decorrentes de aluguéis estão sujeitos a risco de inadimplência. A Companhia adota políticas cabíveis para a cobrança dos valores vencidos, a fim de minimizar as perdas. Os créditos, cuja liquidação é duvidosa, possuem expectativas de perdas reconhecidas no resultado, cujo montante contabilizado no ativo possui o saldo de R\$ 814 (R\$ 778, em 31/12/2021).

Notas Explicativas

Os investimentos em imóveis, no valor de R\$ 7.555 (R\$ 8.581, em 31/12/2021), estão acrescidos de uma avaliação a valor de mercado realizada em 2006, no montante líquido de R\$ 5.043 (R\$ 5.883, em 31/12/2021).

A maioria dos imóveis foi adquirida para cobertura das provisões técnicas e do capital, segundo as normas vigentes à época, além de constituir, também, uma garantia patrimonial. Até 31 de outubro de 2017, a Companhia utilizou o limite de 8% para cobertura das provisões técnicas, extinguindo-se esse direito a partir de 03/11/2017.

Alguns deles estão alugados na expectativa de futura revitalização da área. Em se tratando de terrenos e prédios bem localizados e não alugados, a Companhia mantém gastos com vigilância, monitoramento e seguros. Portanto, não existem riscos relevantes que possam afetar o patrimônio da Companhia.

Notas Explicativas

11. Imobilizado

	Saldos em 31/12/2020	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	Saldos em 31/12/2021	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	Saldos em 31/12/2022	Taxas anuais de depreciação
IMÓVEIS												
Terrenos – Custo / Reavaliação												
Custo de aquisição	969	-	-	-	(46)	923	-	-	-	(245)	678	
(-) Redução ao valor recuperável	(80)	-	-	80	-	-	-	-	-	-	-	
Edificações – Custo/Reavaliação												
Custo de aquisição	6.240	-	-	-	(138)	6.102	-	-	-	(2.419)	3.683	Nota (A)
(-) Depreciação	(2.878)	-	(224)	-	86	(3.016)	-	(230)	-	1.142	(2.104)	
BENS MÓVEIS												
Informática - hardware												
Custo de aquisição	134	198	-	(52)	-	280	220	-	-	-	500	20%
(-) Depreciação	(76)	-	(44)	52	-	(68)	-	(74)	-	-	(142)	
Outros - equipamentos												
Custo de aquisição	36	-	-	-	-	36	3	-	-	-	39	10%
(-) Depreciação	(17)	-	(4)	-	-	(21)	-	(4)	-	-	(25)	
Móveis, máquinas e utensílios												
Custo de aquisição	271	16	-	(80)	(40)	167	17	-	-	-	184	10%
(-) Depreciação	(161)	-	(19)	80	40	(60)	-	(17)	-	-	(77)	
Veículos												
Custo de aquisição	388	-	-	-	-	388	-	-	(167)	-	221	20%
(-) Depreciação	(252)	-	(40)	-	-	(292)	-	(40)	167	-	(165)	
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES												
Custo de aquisição	60	-	-	-	-	60	29	-	-	-	89	
TOTAL	4.634	214	(331)	80	(98)	4.499	269	(365)	-	(1.522)	2.881	

(A) A Companhia deprecia os bens reavaliados com base na vida útil econômica remanescente estimada para cada bem, conforme laudos de avaliação (nota explicativa nº 3 f). A depreciação dos demais itens do imobilizado, avaliados ao custo de aquisição, é calculada pelo método linear, com base em taxas (demonstradas retro) que levam em consideração a estimativa da vida útil econômica remanescente dos bens. Em 31 de dezembro de 2022, não existem imóveis de uso próprio oferecidos em garantia de processos judiciais relacionados com sinistros e tributos.

Notas Explicativas

12. Intangível

	Saldos em 31/12/2020	Adição	Amortização	Baixa	Transferência	Saldos em 31/12/2021	Adição	Amortização	Baixa	Transferência	Saldos em 31/12/2022	Taxas anuais de amortização
Softwares												
Custo de aquisição	3	-	-	(3)	-	-	-	-	-	1.810	1.810	
(-) Amortização	(3)	-	-	3	-	-	-	(131)	-	-	(131)	20%
Marcas e patentes	-	-	-	-	-	-	92	-	-	-	92	
Direito de Uso (i)	-	-	-	-	-	-	1.097	-	-	-	1.097	14,40%
Intangível em formação (ii)	-	860	-	-	-	860	3.414	-	-	(1.810)	2.464	
TOTAL	-	860	-	-	-	860	4.603	(131)	-	-	5.332	

(i) Refere-se ao pagamento pelo direito de exclusividade (canal de distribuição) na oferta de produtos de seguros e assistência da Companhia nas lojas físicas e sites do representante varejista Baianão Móveis e Eletrodomésticos, que será amortizado em 6 anos (72 meses), contados da data de início de vendas dos produtos.

(ii) Em 2022, a Companhia ativou a primeira etapa do novo sistema operacional ERP que iniciou em 2021, referente ao *Run-off*, no valor de R\$ 1.810. Os demais gastos controlados como intangível em formação serão transferidos quando os bens estiverem disponíveis para uso dando início a amortização.

Notas Explicativas**13. Impostos e contribuições e tributos diferidos (controladora)**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo circulante		
Impostos e contribuições diferidos		
Imposto de renda s/ações	349	295
CSLL s/ações	223	236
Imposto de renda s/imóveis- alienados	-	126
CSLL s/imóveis- alienados	-	168
	<u>572</u>	<u>825</u>
Passivo não circulante		
Impostos e contribuições diferidos		
Imposto de renda s/imóveis - reavaliação	1.239	1.332
CSLL s/imóveis - reavaliação	823	1.104
Imposto de renda s/investimento exterior	72	256
CSLL s/investimento exterior	46	204
	<u>2.180</u>	<u>2.896</u>

A provisão constituída no passivo circulante refere-se aos impostos e contribuições incidentes sobre os ajustes do valor de mercado de títulos e valores mobiliários, registrados no patrimônio líquido sob o título “ajustes de avaliação patrimonial” e sobre venda de imóveis, considerando a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL.

A provisão constituída no passivo não circulante refere-se aos efeitos tributários futuros relativos à realização da reserva de reavaliação de terrenos/edificações (em 2006) e sobre oscilação cambial de investimentos no exterior, considerando a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL.

O cálculo da CSLL está considerando a alíquota de 16%, retornando ao patamar normal de 15%, a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme Lei nº 14.446 que alterou a Lei nº 7.689/1988 publicada em 2 de setembro de 2022.

14. Provisões judiciais (controladora)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo não circulante		
PIS	18.247	17.260
COFINS	62.435	59.247
CSLL - 2011	161	150
Foro	188	176
Provisões Cíveis	16	145
Provisões Trabalhistas	835	1.205
	<u>81.882</u>	<u>78.183</u>

Notas Explicativas

a) Mapa de movimentações

	Provisões Judiciais					Depósitos Judiciais	
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Atualização monetária	Baixas	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022
(i) Tributários	76.833	323	3.876	-	81.032	76.808	81.012
PIS	17.260	45	942	-	18.247	17.256	18.244
COFINS	59.247	278	2.910	-	62.435	59.225	62.418
CSLL	150	-	11	-	161	151	161
FORO	176	-	13	-	189	176	189
(ii) Trabalhistas	1.205	158	111	(639)	835	131	101
(iii) Cíveis	145	-	1	(131)	15	-	-
TOTAL	78.183	481	3.988	(770)	81.882	76.939	81.113

(i) Fiscais

- **PIS:** A cobrança da contribuição ao PIS vem sendo discutida em quatro ações. A primeira objetivou o não recolhimento do PIS nos moldes da interpretação dada pela Medida Provisória nº 517/94 à Emenda Constitucional nº 1/94, tendo já havido um desfecho desfavorável à Companhia. Como, em paralelo, correu um processo administrativo que discutiu a cobrança de parte das contribuições que foram depositadas em juízo nessa ação judicial e neste foi obtida uma decisão favorável, com o retorno do processo judicial à vara de origem, a Companhia pleiteou o levantamento de parte do montante depositado judicialmente, pedido este que ainda não foi apreciado pelo Juiz competente, sendo possível que o desfecho final venha a ser desfavorável à Companhia. Foi também impetrado Mandado de Segurança objetivando o não recolhimento do PIS, dos períodos compreendidos entre 01/01/96 a 05/06/96 e 01/07/97 a 23/02/98, em vista da não observância dos princípios da irretroatividade e anterioridade nas Emendas Constitucionais nºs 10/96 e 10/97. Em 2013, foi impetrado outro Mandado de Segurança com vistas a afastar a cobrança da contribuição relativa aos meses de fevereiro e março de 1997, uma vez que, quando os valores correspondentes foram lançados pelo Fisco Federal, já teria se consumado o prazo de decadência do direito ao lançamento. Em maio de 2016, a Companhia ingressou com ação judicial para questionar a cobrança do PIS supostamente incidente sobre as receitas decorrentes da manutenção de ativos garantidores de suas reservas técnicas (receitas financeiras e de aluguéis). Os valores correspondentes foram depositados em juízo e são possíveis as chances de perda dessas três últimas questões;
- **COFINS:** A cobrança da COFINS vem sendo discutida em duas ações. Grande parte do valor está sendo discutido no bojo de um Mandado de Segurança que objetiva o reconhecimento do direito de a Companhia não proceder ao recolhimento da COFINS, uma vez que, sendo inconstitucional o alargamento da base de cálculo previsto na Lei nº 9.718/98, não é ela contribuinte da COFINS. Para uma parte do valor discutido, relativo à COFINS incidente sobre as receitas de prêmios de seguros, que foi, inclusive, depositada judicialmente, a expectativa de perda é "Possível"; já para a parcela do valor discutido relativa à COFINS incidente sobre outras receitas, tais como receitas financeiras e de aluguéis, cujos valores depositados em juízo montam aproximadamente a R\$ 18.406 (R\$ 17.641, em 31/12/2021), apesar de que já tenha havido trânsito em julgado de decisão judicial que assegurou o direito da Companhia, ao tentar proceder ao levantamento dos valores correlatos, houve resistência por parte da

Notas Explicativas

Fazenda Nacional, de forma que o Juízo de Primeiro Grau determinou a realização de perícia contábil, tornando, portanto, a questão controvertida, sendo “Possível” o risco de perda. O saldo remanescente está sendo discutido na mesma ação ajuizada em maio de 2016, referida no tópico acima (PIS), relativa à cobrança da COFINS supostamente incidente sobre as receitas decorrentes da manutenção de ativos garantidores de suas reservas técnicas (receitas financeiras e de aluguéis), com expectativa de perda possível;

- **CSLL:** Mandado de Segurança preventivo com a finalidade de ver reconhecido o direito líquido e certo de não se submeter à cobrança de CSLL sobre os valores correspondentes às despesas relativas a tributos com exigibilidade suspensa. Em relação a essa causa, a Companhia desistiu do litígio para incluir os débitos correlatos no PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017, que foi convertida na Lei nº 13.496/2017. Como houve depósito judicial do montante contabilizado, este será mantido nos registros da Companhia até que venha a ser convertido em renda da União Federal, o que já está sendo providenciado no processo correlato;

Os valores relacionados com as discussões acima reportadas, por se referirem a obrigações legais, são contabilizados independentemente da sua probabilidade de perda.

(ii) Trabalhistas

A Companhia tem ações judiciais de naturezas trabalhistas, envolvendo riscos de perda classificados por nossos assessores legais como prováveis, no valor de R\$ 835 (R\$ 1.205, em 31/12/2021), que decorrem basicamente de cobrança de horas extras e pagamento de plano de saúde vitalício.

(iii) Cíveis

As provisões cíveis referem-se às reclamações judiciais relacionadas a sinistros ocorridos fora da vigência das apólices, sinistros liquidados administrativamente e posteriormente reclamados na justiça, bem como sinistros envolvendo veículos não segurados.

Passivos Contingentes não provisionados

A Companhia tem ações judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis, envolvendo riscos de perda classificados por nossos assessores legais como possíveis, para as quais não há provisão constituída, sendo R\$ 101 (R\$ 376, em 31/12/2021) com reclamações trabalhistas e R\$ 403 com processos cíveis.

15. Patrimônio líquido (controladora)

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, é representado por 3.840.000 ações ordinárias nominativas e 3.840.000 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

Notas Explicativas

De acordo com o estatuto social, as ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam do direito à distribuição de um dividendo 10% (dez por cento) superior àquele atribuído às ações ordinárias.

b) Reserva de reavaliação

▪ Ativos próprios

Corresponde a reavaliação de imóveis anterior à Lei nº 11.638/2007, aprovada pela SUSEP, contabilizada pelo valor líquido dos efeitos tributários sobre a parcela não realizada de terrenos e edificações, tendo a Companhia optado por não estorná-la, consoante faculdade prevista na referida Lei.

A realização desta reserva, decorrente da depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados, é registrada na conta de lucros acumulados, líquida dos efeitos tributários, cujo valor integra a base de cálculo do dividendo.

▪ Ativos de investida sob controle comum

Reflexo da reavaliação de imóveis da investida Aliança Participações anterior à Lei nº 11.638/2007, de acordo com o percentual de participação do investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

c) Reserva legal

Constituída no final do exercício à razão de 5% do lucro líquido até o limite de 20% do capital social, consoante disposições legais e estatutárias. A Companhia suspendeu a constituição por ter atingido o referido limite.

d) Outras reservas de lucros

Refere-se à parcela de retenção de lucros, conforme proposta de orçamento de capital, dos exercícios de 2019, 2020 e 2021, aprovada pelas AGO de 31 de março de 2020, 30 de março de 2021 e 30 de março de 2022, respectivamente. Neste exercício foi constituída a reserva de lucros, conforme proposta de orçamento de capital.

e) Reserva de lucros a realizar

Montante de equivalência patrimonial não realizada financeiramente, sendo R\$ 10.648 da Brasilcap e R\$ 4.646 da Aliança Participações, referente ao exercício de 2020.

f) Ajustes de avaliação patrimonial (Outros resultados abrangentes)

Referem-se à diferença entre o valor de mercado e o custo de aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda da Companhia e da investida Brasilcap. A realização deste saldo ocorrerá através da sua transferência ao resultado, à medida que ocorrer a venda dos títulos, líquida dos efeitos tributários.

Notas Explicativas

Inclui, também, ajustes acumulados de conversão de investimento societário no exterior, líquidos dos efeitos tributários, a serem realizados quando da transferência dos recursos para Companhia.

No segundo trimestre de 2022, houve realização líquida de efeitos tributários decorrente da redução de capital e distribuição de dividendos deliberadas pela investida Companhia Uruguay, no valor de R\$ 674.

g) Dividendos

Conforme disposição estatutária é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado consoante legislação em vigor, com acréscimo de 10% para as ações preferenciais em observância à Lei nº 9.457/97, provisionado no final do exercício. O dividendo adicional proposto acima do mínimo é segregado como dividendo adicional no patrimônio líquido, a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	18.227	9.311
Dividendos prescritos	158	232
(Redução) aumento de participação em coligada	(21)	30
Baixa de redução ao valor recuperável de ativos reavaliados	-	237
Realização da reserva de reavaliação (líquida de tributos)	391	1.430
Realização de oscilação cambial de investimento no exterior (líquida de tributos)	674	2.421
Base de cálculo do dividendo	19.429	13.661
Dividendo mínimo obrigatório	4.857	3.415
Dividendo adicional proposto	-	46
Total de dividendo proposto	4.857	3.461
Percentual de distribuição	25,00%	25,33%
Por ação ordinária - R\$	0,602330586	0,429197147
Por ação preferencial - R\$	0,662563644	0,472116861

Em 30 de março de 2022, foi aprovada pela AGO a distribuição de dividendos no valor de R\$ 8.210 (ON 1,018143010 e PN 1,119957311), referente ao exercício de 2021 e realização no exercício de 2021 de parte de lucros de exercícios anteriores destinado a reserva de lucros a realizar, cujo montante foi pago em 29 de abril de 2022.

16. Instrumentos financeiros (controladora)

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de administrar as disponibilidades financeiras de suas operações.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos financeiros como observância a classificação de rating de instituições financeiras, existência de contrato de gestão de carteira com instituição consolidada, aplicação de recursos em ativos exclusivamente para seguradoras e rotinas de acompanhamento e controle de rentabilidades e demais indicadores financeiros que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia,

Notas Explicativas

protegendo seu patrimônio. O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos ativos da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 equivale ao seu valor de mercado, considerando-se taxa de juros correntes para operações similares e de vencimentos comparáveis.

A Companhia considera que não existem riscos relevantes em relação a: (1) créditos, uma vez que os mesmos estão associados a operações canceláveis, caso não sejam liquidados nos termos contratados; e (2) risco de perdas com sinistros ocorridos, visto que os valores segurados estão sempre dentro dos limites operacionais determinados pelas normas da SUSEP.

A Companhia não opera com instrumentos derivativos, não existindo saldos desta natureza em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

17. Gerenciamento de riscos

Os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, podendo afetar suas finalidades de estratégia e planos financeiros, são:

- Risco de subscrição;
- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco operacional; e
- Risco de liquidez.

Gestão de risco de subscrição

Atualmente a Companhia está operando somente nos ramos de vida em grupo e acidentes pessoais coletivo, buscando um nível de receita com seguros adequado diante dos riscos assumidos.

Em que pese a Companhia não estar operando em todos os ramos, trabalha na escolha de seus limites de retenção de acordo com critérios técnicos, através de seu setor especializado, visando o equilíbrio de suas operações em qualquer momento, quando do repasse ao ressegurador.

Gestão de risco de mercado

A Companhia aplica seus recursos financeiros no mercado brasileiro, o qual pode ser mensurado com confiabilidade, para que se obtenha segurança e liquidez para honrar suas obrigações futuras, adotando uma política prudente no portfólio de suas aplicações.

A Companhia seleciona as instituições financeiras para aplicação de seus recursos, através de assessoria de investimentos. Os principais ativos financeiros estão representados por fundos de investimentos atrelados a títulos públicos e títulos de renda fixa privados e por ações no mercado mobiliário, em empresas de primeira linha, com alta liquidez e segurança, incluindo fundos de índices os quais não são considerados instrumentos financeiros derivativos. Todo o planejamento tem por objetivo a garantia do capital, a boa remuneração, a cobertura das provisões técnicas e margem de solvência (nota explicativa nº 18).

Notas Explicativas

Diante disso, a Companhia está exposta a riscos financeiros ligados à sua carteira de aplicações. Para a mitigação desses riscos, a Companhia possui estratégia conservadora de alocação de ativos, composta em sua maioria por empresas de primeira linha, com o objetivo de evitar que perdas oriundas de flutuações de preços, taxas e índices impactem materialmente o seu patrimônio líquido. Além disso, a Companhia se utiliza de critérios técnicos relativos à gestão de ativos e passivos que levam em consideração a estrutura e classes dos passivos, requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente econômico onde os negócios são conduzidos e os ativos financeiros são investidos.

Os principais riscos identificados na gestão financeira são:

- Possibilidade de perda em decorrência de oscilações nos preços, índices e taxas nos mercados financeiros; e
- Variação desfavorável de retorno financeiro, devido à volatilidade a que está sujeita a carteira de ações.

Gestão de risco de crédito

O risco de crédito dos ativos financeiros e ativos de resseguro consiste na possibilidade de ocorrerem perdas pela desvalorização dos recebíveis decorrentes da redução na classificação de risco e/ou pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao descumprimento, pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados com a Companhia.

Os principais créditos de resseguro estão relacionados com o IRB-Brasil Resseguros S.A. referentes a sua participação em sinistros e Caixa Econômica Federal - SFH. A Companhia reconhece a perda esperada em todas as contas a receber, quando aplicável.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que mantém operações apenas com instituições financeiras de primeira linha e que possuem ratings fornecidos por agências internacionais como Fitch Rating, Standard and Poor's e Moody's Investor. Em 31 de dezembro de 2022, 100% dos recursos de renda fixa estão alocados em instituições financeiras com classificação de risco AAA.

Gestão de risco operacional

Como possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos de pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal. O gerenciamento de risco operacional da Companhia em conformidade com princípios éticos em suas tomadas de decisões, tem vínculo com as observações confiáveis reportadas pela auditoria interna sobre os itens abaixo:

- Bons controles internos;
- Infraestrutura tecnológica e segurança;
- Softwares atualizados; e
- Revisões em geral das políticas internas e regulamentos.

Notas Explicativas

Como medidas atreladas as melhores práticas para cumprir e observar rigorosamente a legislação vigente, a Companhia contratou uma empresa especializada para atender as questões de *Compliance*, processos e BPO- gestão de riscos.

Gestão de risco de liquidez

Possibilidade de a Supervisionada não ser capaz de cumprir suficientemente suas obrigações financeiras esperadas, sobretudo quanto a insuficiência de coberturas das provisões técnicas, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar seus ativos, ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas em decorrência de rentabilidades ou descasamentos ocorridos durante a gestão de fluxos de ativos e passivos dessas provisões.

18. Garantias obrigatórias das provisões técnicas de seguros (controladora)

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de sinistros a liquidar	99.942	93.616
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	201	1.885
Provisão de despesas relacionadas (PDR)	3.716	3.543
Provisão Complementar de Cobertura (PCC)	2.107	2.183
	105.966	101.227
(-) Depósitos judiciais-Sinistros	(3.804)	(3.658)
(-) Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	(71.734)	(67.125)
	(75.538)	(70.783)
Valor a Garantir	30.428	30.444
Bens Garantidores - Controladora		
Ações negociáveis em Bolsa de Valores	4.494	4.309
Quotas de fundos especialmente constituídos - Públicos	19.902	18.131
Quotas de outros fundos de investimentos	7.352	9.606
BOVA 11	3.994	4.141
	35.742	36.187

19. Remuneração a administradores

A remuneração a administradores inclui os honorários do conselho de administração e diretoria, incluindo encargos e benefícios, cujo montante no período foi de R\$ 4.578 (R\$ 3.104, em 2021). A Companhia não efetuou qualquer remuneração a colaboradores ou a pessoas chave da Administração com base em ações.

Notas Explicativas**20. Cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social (controladora)**

Base de Cálculo do Imposto de Renda	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes dos tributos	17.521	8.320
Ajustes para cálculo da tributação:		
Adições	12.116	8.720
Exclusões	(37.431)	(17.095)
(Prejuízo) Lucro fiscal	(7.794)	(55)

Base de Cálculo da Contribuição Social Sobre o Lucro	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes dos tributos	17.521	8.320
Ajustes para cálculo da tributação:		
Adições	11.271	8.493
Exclusões	(37.431)	(17.095)
Base (negativa) positiva de CSLL	(8.639)	(282)

Os valores referentes ao Imposto de Renda e à Contribuição Social, constantes da demonstração do resultado de 2022 e 2021, estão influenciados dos efeitos tributários sobre a realização da reserva de reavaliação, realização do diferimento sobre venda de imóveis e realização de oscilação cambial de participação societária no exterior.

21. Seguros

A Companhia adota política de manutenção de seguros dos seus bens em níveis adequados para os riscos envolvidos e para cobertura de riscos inerentes aos diretores.

22. Principais segmentos de operações de seguros (com os efeitos de resseguro)

Ramos	Prêmios Ganhos		Sinistros		Comissões incorridas	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Acidentes Pessoais	9	5	80	(40)	-	-
Vida em Grupo	297	1.165	(141)	(372)	(15)	(34)
Outros	-	-	(36)	2.036	-	-
Total	306	1.170	(97)	1.624	(15)	(34)

Notas Explicativas**23. Movimentação das principais contas operacionais vinculadas às provisões técnicas (controladora)****a) Provisão de sinistros a liquidar**

	31/12/2022	31/12/2021
	Seguros	
Saldos balanço anterior	74.528	74.365
Constituição e encargos	8.142	8.619
Liquidação	(4.401)	(8.456)
Saldos balanço atual	78.269	74.528
	Cosseguros aceitos	
Saldos balanço anterior	19.285	19.018
Constituição e encargos	2.947	1.121
Liquidação	(205)	(854)
Saldos balanço atual	22.027	19.285
	Recuperações de cosseguros cedidos	
Saldos balanço anterior	(1.112)	(1.816)
Constituição e encargos	(107)	(16)
Liquidação	11	720
Saldos balanço atual	(1.208)	(1.112)
	Retrocessões	
Saldos balanço anterior	915	1.030
Reversão e encargos	(61)	(115)
Saldos balanço atual	854	915
Total de sinistros a liquidar	99.942	93.616

b) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos balanço anterior	1.885	2.279
Reversão e encargos	(1.684)	(394)
Saldos balanço atual	201	1.885

c) Provisão de despesas relacionadas

	31/12/2022	31/12/2021
	Seguros	
Saldos balanço anterior	3.396	3.418
Constituição e encargos	449	169
Liquidação	(431)	(191)
Saldos balanço atual	3.414	3.396
	Cosseguros aceitos	
Saldos balanço anterior	147	168
Constituição (reversão) e encargos	164	(19)
Liquidação	(9)	(2)
Saldos balanço atual	302	147
Total de despesas relacionadas	3.716	3.543
d) Provisão Complementar de Cobertura	2.107	2.183
Total das Provisões	105.966	101.227
Total das Provisões - Circulante	13.782	13.328
Total das Provisões - Não Circulante	92.184	87.899

Notas Explicativas**e) Ativos de resseguro - provisões técnicas**

	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de Resseguros cedidos - seguros (PSL)		
Saldos balanço anterior	50.067	48.395
Constituição e encargos	5.824	6.184
Liquidação	(2.686)	(4.512)
Saldos balanço atual	53.205	50.067
Recuperação de Resseguros cedidos - cosseguros aceitos (PSL)		
Saldos balanço anterior	14.289	14.068
Constituição e encargos	2.295	805
Liquidação	(160)	(584)
Saldos balanço atual	16.424	14.289
Recuperação de Resseguros cedidos - seguros - (PDR)		
Saldos balanço anterior	1.742	1.782
Constituição e encargos	365	94
Liquidação	(242)	(134)
Saldos balanço atual	1.865	1.742
Recuperação de Resseguros cedidos - cosseguros aceitos (PDR)		
Saldos balanço anterior	104	101
Constituição	144	4
Liquidação	(8)	(1)
Saldos balanço atual	240	104
Outros ativos de resseguros - provisões técnicas	-	923
Total de ativos de resseguros - provisões técnicas	71.734	67.125
Total de ativos de resseguros - Circulante	9.072	7.955
Total de ativos de resseguros - Não Circulante	62.662	59.170

Notas Explicativas

24. Detalhamento de rubricas da demonstração de resultado

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
a) Prêmios ganhos				
Prêmios diretos	231	598	231	598
Variação das provisões técnicas de prêmios	75	572	75	572
Total de prêmios de seguros ganhos	306	1.170	306	1.170
b) Sinistros ocorridos				
Indenizações avisadas	(4.324)	(89)	(4.324)	(89)
Despesas com sinistros	(339)	185	(339)	185
Recuperação de sinistros - congêneres	(3)	(173)	(3)	(173)
Salvados e ressarcimentos	-	629	-	629
Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	1.708	414	1.708	414
Total de sinistros ocorridos	(2.958)	966	(2.958)	966
c) Custos de aquisição				
Seguros				
Comissões	(15)	(34)	(15)	(34)
Total de custo de aquisição	(15)	(34)	(15)	(34)
d) Outras receitas e despesas operacionais				
Outras receitas de seguros	4.230	1.721	4.230	1.721
Recepção e regulação - DPVAT	302	1.685	302	1.685
Outras receitas - (I)	3.928	36	3.928	36
Outras despesas de seguros	(3.104)	(553)	(3.104)	(553)
Despesas com cobrança	(32)	(38)	(32)	(38)
Reversão por redução ao valor recuperável dos ativos	(597)	(65)	(597)	(65)
Outras despesas - DPVAT (III)	(330)	-	(330)	-
Outras despesas - (II)	(2.145)	(450)	(2.145)	(450)
Total de outras receitas e despesas operacionais	1.126	1.168	1.126	1.168
e) Receitas com Resseguros				
Recuperação de Indenização e despesas de sinistros	3.745	900	3.745	900
Variação de IBNR	(884)	(242)	(884)	(242)
Total do resultado com resseguros	2.861	658	2.861	658

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
f) Despesas administrativas				
Pessoal próprio	(13.668)	(12.005)	(13.668)	(12.005)
Despesas com administração	(3.880)	(2.674)	(3.880)	(2.674)
Pessoal próprio	(5.228)	(3.953)	(5.228)	(3.953)
Encargos sociais	(2.800)	(2.355)	(2.800)	(2.355)
Assistência social	(2.127)	(1.892)	(2.127)	(1.892)
Provisões trabalhistas (IV)	367	(1.131)	367	(1.131)
Serviços de terceiros	(4.117)	(3.268)	(4.117)	(3.268)
Localização e funcionamento	(3.923)	(3.653)	(3.923)	(3.653)
Localização e manutenção	(1.805)	(2.093)	(1.805)	(2.093)
Expediente	(285)	(219)	(285)	(219)
Comunicação	(128)	(158)	(128)	(158)
Utilização de equipamentos	(739)	(597)	(739)	(597)
Utilização de veículos e locomoção	(387)	(189)	(387)	(189)
Depreciação e amortização	(497)	(332)	(497)	(332)
Outras despesas	(82)	(65)	(82)	(65)
Publicidade e propaganda	(360)	(127)	(360)	(127)
Publicações legais	(429)	(399)	(429)	(399)
Donativos e Contribuições	(89)	(81)	(89)	(81)
Participações nos lucros - empregados	(226)	(227)	(226)	(227)
Outras	(258)	(212)	(258)	(212)
Total das despesas administrativas	(23.070)	(19.972)	(23.070)	(19.972)
g) Despesas com tributos				
COFINS e PIS	(482)	(277)	(482)	(277)
Outros tributos	(737)	(725)	(900)	(911)
Total das despesas com tributos	(1.219)	(1.002)	(1.382)	(1.188)
h) Resultado financeiro				
Receitas financeiras	12.136	6.985	12.341	8.786
Receitas com aplicações	6.852	3.340	7.057	5.141
Resultado com venda de ações	197	1.984	197	1.984
Receitas com créditos tributários - atualização	4.216	1.561	4.216	1.561
Outras - (V)	871	100	871	100
Despesas financeiras	(7.129)	(4.852)	(7.929)	(6.324)
Perdas com aplicações	-	(255)	-	(255)
Despesas financeiras com operações de seguros	(2.231)	(2.952)	(2.231)	(2.952)
Despesas com tributos - atualização	(3.876)	(1.427)	(3.876)	(1.427)
Outras - (V)	(1.022)	(218)	(1.822)	(1.690)
Total do resultado financeiro	5.007	2.133	4.412	2.462

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
i) Resultado patrimonial				
Receitas patrimoniais	36.631	16.937	37.389	16.794
Receitas com imóveis de renda	523	932	523	932
Resultado de equivalência patrimonial	36.099	15.997	36.857	15.854
Outros investimentos	9	8	9	8
Despesas patrimoniais	(2.703)	(2.963)	(2.703)	(2.963)
Despesas com imóveis destinados à renda ou venda	(2.703)	(2.963)	(2.703)	(2.963)
Total do resultado patrimonial	33.928	13.974	34.686	13.831
j) Ganhos com ativos não correntes				
Receitas de venda	2.090	51.158	2.090	51.158
Investimentos	-	668	-	668
Imóveis	2.090	50.490	2.090	50.490
Despesas	(535)	(41.899)	(535)	(41.899)
Custo dos Imóveis	(528)	(41.896)	(528)	(41.896)
Custo dos Investimentos	-	(3)	-	(3)
Despesas com vendas	(7)	-	(7)	-
Total de ganhos com ativos não correntes	1.555	9.259	1.555	9.259

A Companhia obteve êxito em um processo judicial do ramo de Responsabilidade Civil Facultativa de Veículo, tendo reconhecido no resultado: (I) R\$ 3.813 em Outras receitas operacionais devido ao ganho da causa; e (II) R\$ 1.633 em Outras despesas operacionais, com o repasse da parcela do corretor na participação do êxito. Além disso, a Companhia reconheceu R\$ 383 referente aos honorários sobre o êxito do processo.

(III) - Em atendimento a Circular PRESI 006/2022, emitido pela Seguradora Líder, e fazendo face ao 6º aditivo do Instrumento de Consórcio entre a Companhia e o Consórcio DPVAT, a companhia restituiu a Seguradora Líder R\$ 330 referente a valores custeados com recursos do Seguro DPVAT, proporcionais a sua atual quota de participação.

(IV) - Em 2022, com base na posição dos assessores jurídicos da Companhia, foi realizada a baixa da provisão constituída em 2021 no valor de R\$ 639, dos processos anteriormente classificados como provável, que em razão da decisão reformada em 2º grau ensejou alteração do provisionamento, face o acórdão que julgou improcedente.

(V) - Em 2022, houve o reconhecimento do ganho cambial de R\$ 73 decorrente do recebimento da redução de capital e dos dividendos constituídos em 2021 e 2022 da investida Companhia Uruguay e uma perda de R\$ 188 da atualização do depósito no Banco Central do Uruguai equivalente a US\$ 500 mil dólares, sendo R\$ 666 com perda registrado no grupo de despesas financeiras e R\$ 478 com ganho registrado como receitas financeiras, a título de garantia no processo de liquidação.

Notas Explicativas

25. Partes relacionadas

		Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. (a)	Controlada	-	2.797	-	-	-	3	-	-
Brasilcap Capitalização S.A. (b)	Coligada	3.211	133	-	-	-	-	-	-
Companhia de Participações Aliança da Bahia (c)	Investida sob controle comum	-	8	-	-	15	90	99	-
Remuneração pessoal chave (d)	Administradores	-	-	-	-	-	-	-	200
		3.211	2.938	-	-	15	93	99	200

- (a) Em 25 de janeiro de 2022, foi recebida a restituição de capital aprovada em AGE da controlada referente a redução de capital que ocorreu no dia 30 de dezembro de 2021, sendo apresentado na rubrica do balanço patrimonial “Títulos e créditos a receber” no ativo circulante.
- (b) Valor a receber dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022 no valor de R\$ 3.211. Em 11 de fevereiro de 2022, foram recebidos os dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2021 no valor de R\$ 133.
- (c) Em 28 de fevereiro de 2022 houve o distrato da prestação de serviço do contrato de aluguel da sede da investida, não restando saldo a receber (R\$ 8, em 31/12/2021). Em 01 de abril de 2022, a Companhia firmou contrato de locação de aluguel onde funciona o atual escritório da sede.
- (d) Em agosto de 2021, a Companhia realizou pagamento da quantia de R\$ 200 mil ao Sr. Silvano Gianni, Presidente do Conselho de Administração da Companhia, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de agosto de 2021 (não tendo Sr. Silvano participado daquela deliberação), por sua atuação como Conselheiro de Administração da coligada Brasilcap Capitalização S.A. (“Brasilcap”), cargo para o qual foi eleito por indicação da Companhia. O pagamento foi efetuado em reconhecimento a sua atuação em deliberações relevantes, na qualidade de Conselheiro junto a referida coligada.

As informações relativas aos saldos de investimentos e ao montante de equivalência patrimonial correspondentes às participações societárias na Companhia Uruguay, Brasilcap e Companhia de Participações estão apresentadas na nota explicativa nº 9.

Notas Explicativas

26. Demonstração do patrimônio líquido ajustado (PLA) e adequação de capital

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitados os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
- no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido	189.874	173.654
Ajustes contábeis	(151.496)	(124.038)
Participação em sociedades financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior	(144.686)	(119.639)
Créditos de alienação de ativos	(1.478)	(3.539)
Ativos intangíveis	(5.332)	(860)
Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3	(11.937)	(14.914)
PLA (Total) = PL + Ajust. cont. + Ajust. Econ. + Ajust. Do Exc. De Nível 2 e 3	26.441	34.702
Capital base (CB)	8.100	8.100
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	7.562	8.036
Capital de risco de subscrição	110	437
Capital de risco de crédito	5.211	5.044
Capital de risco operacional	400	379
Capital de risco de mercado	3.702	4.345
Correlação entre os riscos	(1.861)	(2.169)
Capital mínimo requerido (CMR)	8.100	8.100
Solvência= Razão entre PLA e CMR - %	326%	428%
Excesso de Capital - R\$ mil	18.341	26.602

Em 31 dezembro de 2022, a Companhia apresenta uma situação adequada no cumprimento do indicador regulatório de Solvência medido entre a relação de PLA (Patrimônio Líquido Ajustado) e CMR (Capital Mínimo Requerido).

27. Capital mínimo requerido

A Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 dispõe sobre as regras de definição para o cálculo de capital mínimo requerido para autorização e funcionamento e sobre o plano de regularização de solvência das sociedades supervisionadas assim discriminadas:

- **O Capital base (CB):** objetivando a aplicação proporcional da regulação prudencial e conforme redação da Resolução do CNSP nº 388/2020 a Susep, a partir de janeiro/2021, enquadrando a Companhia no segmento S3 que em complemento à redação da Resolução 432/2021 definiu nova parcela fixa e novas parcelas variáveis para o capital base. Assim, o novo capital base de R\$ 8.100 é o montante fixo de capital que a sociedade

Notas Explicativas

supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, conforme disposto no anexo XXIII da citada Resolução CNSP 432/2021;

- **O Capital de risco (CR):** montante variável de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à operação, conforme disposto no anexo XXVI da referida Resolução, envolvendo riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado.
 - ✓ O risco de subscrição considera a possibilidade de ocorrência de perdas associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para calcular prêmios e provisões técnicas, decorrentes das operações da seguradora. A Companhia adota o modelo padrão regulatório para o cálculo do risco de subscrição;
 - ✓ O risco de crédito considera a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte quanto às obrigações financeiras. A Companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco de crédito;
 - ✓ O risco operacional considera a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos da Companhia, incluindo-se a possibilidade de perdas decorrentes de decisão ou sentença desfavorável em processos administrativos ou judiciais. A Companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco operacional;
 - ✓ O risco de mercado representa a possibilidade de ocorrência de perdas derivadas de oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira com impacto na avaliação econômica de ativos e passivos. A Companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco de mercado.
- **Capital Mínimo Requerido (CMR):** capital total que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para operar, sendo o equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco;
- **Liquidez de cobertura das provisões técnicas:** situação caracterizada quando a sociedade supervisionada apresentar montante de ativos líquidos de renda fixa, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, suficientes para a cobertura das provisões técnicas.

O patrimônio líquido ajustado (Resolução CNSP 432, de 12 de novembro de 2021) será utilizado para a verificação de suficiência em relação ao capital mínimo requerido e para apuração do limite de retenção.

Notas Explicativas**28. Ativos excedentes a necessidade de cobertura das provisões técnicas e liquidez de cobertura das provisões técnicas**

A Companhia estabeleceu ativos livres superiores a 20% do CR por entender que esses ativos estão adequados às necessidades de cobertura das provisões técnicas.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Necessidade de Cobertura das Provisões Técnicas	30.428	30.444
Ativos Disponíveis para Garantia		
Quotas de fundos especialmente constituídos - Públicos	22.113	36.262
Quotas de outros fundos de investimentos	14.703	24.016
Ações	10.491	10.689
Total de Ativos	<u>47.307</u>	<u>70.967</u>
Ativos Excedentes	<u>16.879</u>	<u>40.523</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativos líquidos - Renda Fixa	9.562	32.541
Capital de risco com operações registradas	7.562	8.036
Liquidez em relação ao CR - 20%	1.512	1.607

Notas Explicativas

29. Desenvolvimento de sinistros

As tabelas de desenvolvimento de sinistros representam as estimativas das indenizações dos sinistros incorridos por ano, deduzidas das indenizações pagas, cujo saldo demonstra a composição das pendências de sinistros a liquidar por ano incorrido, na data das demonstrações financeiras. A provisão, em sua maioria em "run-off", varia conforme informações mais precisas que vão sendo obtidas, por meio extrajudiciais ou judiciais. As tabelas contemplam as operações de seguros direto e de cosseguro aceito, classificadas em sinistros administrativos e judiciais, indicando valores brutos (antes do resseguro e deduzindo congêneres) e valores líquidos de resseguros (nossa parte). Não estão incluídas as provisões de IBNER, PDR e Retrocessões.

a) Desenvolvimento de sinistros - administrativo (bruto menos congêneres) Data-base: dezembro de 2022

TRIÂNGULO DE VALORES R\$ BRUTO DE RESSEGURO MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS	ANO DE AVISO DO SINISTRO											
	ATE 2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
NO ANO DO AVISO	3.711	249	10	60	16	22	94	8	1	120	7	31
UM ANO APÓS O AVISO	4.228	87	6	42	15	17	38	118	1	113	7	-
DOIS ANOS APÓS O AVISO	4.519	89	7	45	15	17	39	123	1	120	-	-
TRÊS ANOS APÓS O AVISO	4.852	102	7	46	15	18	80	10	1	-	-	-
QUATRO ANOS APÓS O AVISO	5.843	108	8	48	15	19	89	11	-	-	-	-
CINCO ANOS APÓS O AVISO	6.606	192	8	49	16	21	94	-	-	-	-	-
SEIS ANOS APÓS O AVISO	6.974	199	8	52	16	22	-	-	-	-	-	-
SETE ANOS APÓS O AVISO	7.916	205	8	57	16	-	-	-	-	-	-	-
OITO ANOS APÓS O AVISO	8.450	214	9	60	-	-	-	-	-	-	-	-
NOVE ANOS APÓS O AVISO	8.812	236	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEZ ANOS APÓS O AVISO	9.825	249	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ONZE ANOS APÓS O AVISO	11.216	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESTIMATIVAS NA DATA-BASE	11.216	249	10	60	16	22	94	11	1	120	7	31
PAGAMENTOS EFETUADOS	468	11	-	-	13	-	-	5	-	-	-	27
PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR	10.748	238	10	60	3	22	94	6	1	120	7	4
TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR	11.313											

Notas Explicativas

b) Desenvolvimento de sinistros - judicial (bruto menos congêneres) Data-base: dezembro de 2022

TRIÂNGULO DE VALORES R\$

BRUTO DE RESSEGURO

MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS

ANO DE AVISO DO SINISTRO

	ATE 2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
NO ANO DO AVISO	43.815	451	492	461	137	1.143	1.048	1.442	899	51	6	-
UM ANO APÓS O AVISO	45.906	175	149	173	122	599	668	909	726	44	6	-
DOIS ANOS APÓS O AVISO	47.477	196	180	199	130	658	731	1.042	892	51	-	-
TRÊS ANOS APÓS O AVISO	57.105	226	210	240	140	743	807	1.258	971	-	-	-
QUATRO ANOS APÓS O AVISO	68.948	280	247	267	149	842	942	1.442	-	-	-	-
CINCO ANOS APÓS O AVISO	75.355	274	277	293	171	1.006	1.048	-	-	-	-	-
SEIS ANOS APÓS O AVISO	82.892	297	306	352	178	1.143	-	-	-	-	-	-
SETE ANOS APÓS O AVISO	88.122	319	341	413	187	-	-	-	-	-	-	-
OITO ANOS APÓS O AVISO	93.808	344	439	461	-	-	-	-	-	-	-	-
NOVE ANOS APÓS O AVISO	103.052	391	492	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEZ ANOS APÓS O AVISO	113.842	485	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ONZE ANOS APÓS O AVISO	122.166	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESTIMATIVAS NA DATA-BASE	122.166	485	492	461	187	1143	1048	1.442	971	51	6	-
PAGAMENTOS EFETUADOS	40.689	68	-	-	99	-	-	-	310	-	-	-
PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR	81.477	417	492	461	88	1.143	1.048	1.442	661	51	6	-
TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR	87.286											
RESUMO a e b												
PSL ADMINISTRATIVO	11.313											
PLS JUDICIAL	87.286											
IBNER	489											
PSL Retrocessões	854											
TOTAL (Nota 21 b)	99.942											

Notas Explicativas**c) Desenvolvimento de sinistros - administrativo Data-base: dezembro de 2022**

TRIÂNGULO DE VALORES R\$ LÍQUIDO DE RESSEGURO	ANO DE AVISO DO SINISTRO											
	ATE 2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS												
NO ANO DO AVISO	914	48	1	33	16	10	56	6	1	120	7	31
UM ANO APÓS O AVISO	1.125	27	1	23	15	8	23	19	1	113	7	-
DOIS ANOS APÓS O AVISO	1.224	25	1	24	15	8	24	20	1	120	-	-
TRÊS ANOS APÓS O AVISO	1.293	31	1	25	15	9	48	9	1	-	-	-
QUATRO ANOS APÓS O AVISO	1.604	32	1	26	15	9	53	9	-	-	-	-
CINCO ANOS APÓS O AVISO	1.840	39	1	27	16	10	56	-	-	-	-	-
SEIS ANOS APÓS O AVISO	1.860	40	1	28	16	10	-	-	-	-	-	-
SETE ANOS APÓS O AVISO	2.201	41	1	31	16	-	-	-	-	-	-	-
OITO ANOS APÓS O AVISO	2.695	43	1	33	-	-	-	-	-	-	-	-
NOVE ANOS APÓS O AVISO	2.797	46	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEZ ANOS APÓS O AVISO	3.124	48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ONZE ANOS APÓS O AVISO	2.959	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESTIMATIVAS NA DATA-BASE	2.959	48	1	33	16	10	56	9	1	120	7	31
 PAGAMENTOS EFETUADOS	 80	 11	 -	 -	 13	 -	 -	 5	 -	 -	 -	 27
PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR	2.879	37	1	33	3	10	56	4	1	120	7	4
 TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR	 3.155											

Notas Explicativas

d) Desenvolvimento de sinistros - judicial Data-base: dezembro de 2022

TRIÂNGULO DE VALORES R\$ LÍQUIDO DE RESSEGURO	ANO DE AVISO DO SINISTRO											
	ATE 2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS												
NO ANO DO AVISO	10.187	210	27	229	78	135	1.048	186	422	51	1	-
UM ANO APÓS O AVISO	12.967	89	8	101	89	72	668	132	343	44	1	-
DOIS ANOS APÓS O AVISO	13.308	98	9	115	94	77	731	145	429	51	-	-
TRÊS ANOS APÓS O AVISO	15.810	113	11	128	100	88	807	168	465	-	-	-
QUATRO ANOS APÓS O AVISO	18.155	142	13	142	106	99	942	186	-	-	-	-
CINCO ANOS APÓS O AVISO	20.469	131	15	156	124	119	1.048	-	-	-	-	-
SEIS ANOS APÓS O AVISO	22.417	141	16	176	124	135	-	-	-	-	-	-
SETE ANOS APÓS O AVISO	23.598	150	18	206	127	-	-	-	-	-	-	-
OITO ANOS APÓS O AVISO	26.091	161	24	229	-	-	-	-	-	-	-	-
NOVE ANOS APÓS O AVISO	29.123	181	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEZ ANOS APÓS O AVISO	32.302	231	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ONZE ANOS APÓS O AVISO	34.297	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESTIMATIVAS NA DATA-BASE	34.297	231	27	229	127	135	1048	186	465	51	1	-
 PAGAMENTOS EFETUADOS	 10.469	 41	 -	 -	 99	 -	 -	 -	 186	 -	 -	 -
PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR	23.828	190	27	229	28	135	1.048	186	279	51	1	-
 TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR	 26.002											

Notas Explicativas

30. Outras informações

30.1 Novas Normas

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações e não foram adotados antecipadamente:

Adequação às IFRS e Pronunciamentos Emitidos que entrarão em vigor após este período

- **IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros** - Em 1º de janeiro de 2023 entra em vigor a IFRS 17 em substituição à IFRS 4 - Contratos de seguro.

A partir das principais premissas de decisões técnicas da IFRS 17, a Companhia estruturou avaliação de requisitos futuros e principais impactos de normas emitidas.

Esta norma estabelece os princípios para reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros e resseguros e contratos de investimento com característica de participação discricionária.

Ao identificar contratos no escopo da IFRS 17, em alguns casos terá que avaliar se um conjunto ou uma série de contratos precisará ser tratado como um único contrato e se derivativos embutidos, componentes de investimento e componentes de bens e serviços devem ser separados e contabilizados sob outra norma. Também devem ser avaliados os impactos de outros componentes dentro dos contratos de resseguro.

A mensuração de um grupo de contratos inclui todos os fluxos de caixa futuros dentro do limite de cada contrato. Em comparação com a contabilização atual, a Companhia não espera ter impacto quanto aos requisitos de limite de contratos da IFRS 17. O período coberto pelos prêmios dentro do limite do contrato é o de cobertura, que é relevante ao aplicar uma série de requisitos na IFRS 17.

A norma segrega os contratos de seguros por grupos e cada carteira é dividida em cortes anuais (ou seja, por ano de subscrição) e cada corte anual em três grupos para fins de mensuração:

- Quaisquer contratos que são onerosos no reconhecimento inicial;
- Quaisquer contratos que, no reconhecimento inicial, não têm qualquer possibilidade significativa de se tornarem onerosos posteriormente; e
- Quaisquer contratos remanescentes no corte anual.

Os modelos de mensuração são determinados com base em critérios específicos que envolvem análises quantitativas e qualitativas sobre esses contratos. Os modelos de mensuração aplicáveis podem ser segregados nas seguintes categorias:

(a) Abordagem de Alocação de Prêmio (PAA)

É um modelo de mensuração simplificado em relação à Abordagem Geral de Mensuração (GMM ou BBA) e opcional na IFRS 17 que está disponível para contratos de seguro e

Notas Explicativas

resseguro que atendem aos critérios de elegibilidade, permitido para grupos que tenham o limite de contrato de curto prazo.

(b) Abordagem Geral de Mensuração (GMM ou BBA)

É o principal modelo utilizado para mensuração dos contratos de seguro, baseado na mensuração dos Fluxos de Caixas Esperados (entradas e saídas), considerando uma estimativa de valor do dinheiro no tempo (impacto financeiro / Taxa de Desconto) e um ajuste de risco não financeiro.

Fluxo de Caixa - De acordo com a IFRS 17 a Companhia deve incluir na mensuração de um grupo de contratos de seguro todas as entradas e saídas esperadas dentro do limite contratual de cada grupo de contratos.

As estimativas de fluxos de caixa futuros de um grupo de contratos de seguro, conforme a IFRS 17, devem:

- Incorporar de forma imparcial todas as informações razoáveis e verificáveis (estimativas não enviesadas) - que estejam disponíveis sem custos ou esforços indevidos sobre o valor, momento e incerteza desses fluxos de caixa futuros;
- Incluir todos os fluxos de caixa futuros dentro dos limites de cada contrato no grupo;
- Refletir a perspectiva da Companhia, porém, mesmo assim, ser consistente com as condições observadas no mercado;
- Refletir as condições existentes na data de avaliação, incluindo premissas nessa data sobre o futuro (estimativas atuais ou correntes); e
- Projetar diversos componentes de forma explícita: a Companhia deve estimar o ajuste pelo risco não financeiro, e considerar o ajuste para o valor do dinheiro no tempo e risco financeiro de forma segregada.

Taxa de Desconto - As taxas de desconto aplicadas às estimativas dos fluxos de caixa futuros devem:

- a. refletir o valor do dinheiro no tempo;
- b. ser consistente com os preços de mercado, de acordo com as características dos contratos em termos de *duration*, moeda e liquidez; e
- c. excluir o efeito de fatores que influenciam tais preços de mercado, mas que não afetam os fluxos de caixa.

Para determinar as taxas de desconto na data de reconhecimento inicial de um grupo de contratos, a Companhia pode usar taxas de desconto médias ponderadas durante o período em que os contratos no grupo são emitidos (não pode exceder um ano).

No caso de grupos de contratos avaliados pela abordagem de alocação de prêmio (PAA), a entidade não é obrigada a ajustar os fluxos de caixa futuros para o valor do dinheiro no tempo e o efeito de risco financeiro se se espera que esses fluxos de caixa sejam pagos ou recebidos em um ano ou menos a contar da data em que os sinistros ocorrem.

Transição

A norma apresenta três opções de abordagens para transição, são elas:

- Abordagem retrospectiva completa (“*Full Retrospective Approach*” - FRA);
- Abordagem retrospectiva modificada (“*Modified Retrospective Approach*” - MRA);
- Abordagem do valor justo o (“*Fair Value Approach*” - FVA).

Notas Explicativas

Somente quando for impraticável uma Companhia adotar uma aplicação retrospectiva completa para um grupo de contratos, ela pode optar entre aplicar uma abordagem retrospectiva modificada e/ou a abordagem do valor justo. De acordo com o IAS 8/CPC 23, a aplicação de um requisito é impraticável quando a Companhia não pode aplicá-lo depois de realizar todos os esforços razoáveis para o fazer.

O período de transição deve ocorrer no início do período de relatório anual, imediatamente anterior à data da aplicação inicial, a partir de 1º de janeiro de 2023. De acordo com o IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, os períodos comparativos e o impacto da nova norma serão divulgados de modo que o impacto possa ser compreendido pelo usuário da demonstração financeira.

A Companhia junto com uma consultoria externa especializada no tema, vem realizando as tratativas inerentes aos macros impactos para implementação inicial da IFRS 17. Até a publicação desta demonstração financeira, a Companhia não possui condições de apresentar com exatidão uma expectativa de impacto quantitativo, porém, com o intuito do mapeamento da situação atual e das ações necessárias para fins de adequação aos requerimentos da nova norma de contratos de seguros, vem apresentando os resultados obtidos à alta administração para adaptação à aplicação da nova norma em atendimento das normas internacionais de contabilidade.

30.2 Fatos relevantes

Em 30 de junho de 2022, a Companhia de Seguros Aliança da Bahia (“Companhia”), em atenção ao disposto no parágrafo 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”) e na Resolução CVM nº 44/21, e em continuidade aos Fatos Relevantes de 23 de fevereiro de 2022 e 31 de maio de 2022, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, nesta data, a Assembleia Geral Extraordinária (“Assembleia”) da Companhia rejeitou a proposta de incorporação da totalidade das ações de sua emissão pela Companhia de Participações Aliança da Bahia, nos termos do artigo 252 da Lei das S.A. A Companhia informa que seguirá buscando as melhores alternativas societárias para o grupo Aliança, e manterá seus acionistas, e o mercado em geral, atualizados na forma da lei e da regulamentação aplicável.

Em 10 de novembro de 2022, a Companhia de Seguros Aliança da Bahia (“Companhia”), comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi aprovada uma nova “Política de Uso de Informações, Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia de Seguros Aliança da Bahia” (“Política”), dispondo sobre (i) a divulgação de informações sobre ato ou fato relevante; e (ii) a negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Política prevê que a divulgação dos anúncios sobre atos ou fatos relevantes passa a ser feita, a partir da sua aprovação, na página do Jornal Correio na rede mundial de computadores, no endereço eletrônico <https://www.correio24horas.com.br>.

Adicionalmente à divulgação no referido endereço eletrônico, a Companhia continuará divulgando os anúncios sobre atos ou fatos relevantes em sua página eletrônica (www.alba.com.br) e no sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM.

Notas Explicativas

A Companhia informa ainda que a Política está disponível na página eletrônica da Companhia e na página eletrônica da CVM nos endereços mencionados acima.

31. Evento subsequente

Em janeiro de 2023, a Companhia iniciou o processo de vendas do Seguro Garantia Estendida, através do contrato de representação (canal de distribuição) para venda de produtos de seguros com o parceiro varejista, que visa a proteção de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, portáteis, móveis dentre outros após o vencimento da garantia original do fabricante, gerando tranquilidade e aproveitamento por muito mais tempo com o bem adquirido.

Em 10 de fevereiro de 2023, a Companhia recebeu da sua investida Brasilcap o dividendo mínimo obrigatório e complementar, referente ao exercício de 2022, no valor de R\$ 10.531.

Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo aos Temas 881 e 885 (descrições posteriores sobre a chamada “coisa julgada”). A Companhia iniciou suas análises e até o momento não identificou impactos com a referida decisão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Proposta de Orçamento de Capital



PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

I. Prestação de Contas do Orçamento de Capital constituído com base em parte dos Lucros Apurados no Exercício Social encerrado em 31.12.2021.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 2022, foi aprovada a retenção de parte do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31.12.2021. O Orçamento de Capital aprovado, no valor de R\$ 10.200 mil e com prazo de 3 (três) anos, tinha como finalidade atender à necessidade de realização de investimentos para execução *(i)* do projeto “Retrofit Ed. Comendador”, para posterior locação do imóvel; e *(ii)* do projeto de lançamento de novos produtos pela Companhia, nos segmentos pessoal (vida, acidentes pessoais e prestamista) e de danos (residencial, empresarial, riscos diversos e garantia estendida), que exigiram investimentos, sendo certo ainda que a assunção de novos riscos pela Companhia devem estar compatíveis com o seu Patrimônio Líquido Ajustado, conforme estabelecido na regulação aplicável às seguradoras, sob pena de desenquadramento regulatório.

A Companhia consumiu parte dos recursos retidos, no valor de R\$ 4.761 mil, com a modernização do sistema de gestão de TI e outros investimentos necessários para o lançamento e implantação de novos produtos destacados no projeto de revitalização das operações de seguros.

II. Proposta de Retenção de parte dos Lucros Apurados no Exercício Social encerrado em 31.12.2022

Conforme divulgado no fato relevante de 23 de fevereiro de 2022, foi aprovado um plano de lançamento de novos produtos nos segmentos pessoal (vida, acidentes pessoais e prestamista) e de danos (residencial, empresarial, riscos diversos e garantia estendida).

Considerando a expectativa da administração quanto ao aumento da atividade dos riscos assumidos pela Companhia em sua atividade fim, em razão dos lançamentos de novos produtos, que também exigem a realização de investimentos, bem como a necessidade de atendimento contínuo aos parâmetros regulatórios, em especial à Resolução CNSP nº 432/2021, que dispõe sobre a necessidade das Sociedades Supervisionadas apresentarem Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), a administração propõe a retenção de parte do lucro líquido apurado

Proposta de Orçamento de Capital

no exercício social encerrado em 31.12.2022, no montante de R\$ 14.571.581,53, conforme abaixo indicado:

Fonte e Aplicações de Capital	
Fontes de Recursos	Próprios (retenção de lucros).
Aplicação	Conforme a seguir descrito

Orçamento de Capital	Investimento Necessário (R\$ mil)
Lançamento e implantação de novos produtos, e a necessidade de atendimento às exigências regulatórias.	R\$ 14.571.581,53

A administração acredita que o lançamento dos novos produtos securitários marcará um passo importante para revitalização das atividades operacionais da Companhia, que, desde 2010, vinha operando exclusivamente no consórcio DPAVT — cuja dissolução foi aprovada pelos consorciados em novembro de 2020 — e no *run-off* de seguros a liquidar, relativamente às operações já contratadas.

Por fim, a Companhia informa que o prazo do orçamento de capital acima é de 3 (três) anos e que realizará o seu acompanhamento anual.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia de Seguros Aliança da Bahia S.A.
Salvador - BA
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de Seguros Aliança da Bahia S.A. ("Companhia"), identificadas como controlada e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Seguros Aliança da Bahia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia de Seguros Aliança da Bahia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão de Sinistros a Liquidar

Veja as Notas 3.h) e 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria Como auditoria endereçou esse assunto

A Companhia possui registrado nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a provisão de sinistros a liquidar constituída com base na estimativa dos valores a indenizar ao segurado, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, incluindo as operações de cosseguros aceitos, acrescida de encargos financeiros, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros, líquida de cosseguro cedido e bruta de resseguro.

Devido à importância das provisões técnicas para o entendimento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas por parte dos usuários, além da natureza e relevância quantitativa da rubrica contábil, que representa 59% do total dos passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2022, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- conciliação das bases de dados operacionais, suporte à Provisão de Sinistros a Liquidar, com os respectivos saldos contábeis.
- obtenção das confirmações com os advogados externos contratados pela Companhia com a relação aos processos judiciais em andamento, e suas respectivas probabilidades de perda e valores estimados em risco.
- comparação das probabilidades de perda informadas pelos advogados externos, relativos aos processos judiciais em andamento, com aqueles informados pela Companhia.
- recálculo da Provisão de Sinistros a Liquidar.
- avaliação se as divulgações as demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideraram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos o saldo de provisão de sinistros a liquidar aceitável, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório

da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 28 de fevereiro de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7

José Claudio Costa

Contador CRC 1SP167720/O-1

Parecer dos auditores atuariais independentes

Destinatário

Escopo de Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise da solvência e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Aliança da Bahia, em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia de Seguros Aliança da Bahia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens auditados estão livres de distorção relevante

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Companhia de Seguros Aliança da Bahia são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Base de Dados

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, análise da solvência e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Aliança da Bahia em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2023

Paulo Pereira Ferreira
MIBA nº 507

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Seguros Aliança da Bahia, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei 6.404/76, examinou o Relatório da Administração, Contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, a Proposta da Destinação do Lucro Líquido e o Orçamento de Capital todos referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022 e ainda com base nos esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e pelos sócios da KPMG Auditores Independentes Ltda., cujo relatório foi emitido, sem ressalvas, em 28.02.2023, e ainda, considerando o exame do Parecer do Auditor Atuarial Independente – Sr. Paulo Pereira Ferreira (MIBA nº 507), emitido, sem ressalvas, em 14.02.2023, como também, examinou as Demonstrações Financeiras Individuais em atendimento as normas regulamentadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, os seus membros aprovaram por unanimidade, o Relatório da Administração, as Contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, como também, aprovaram por unanimidade, as Demonstrações Financeiras Individuais, em atendimento as exigências da SUSEP e por maioria de votos, aprovaram a Proposta da Destinação do Lucro Líquido e a Proposta do Orçamento de Capital e opinaram que as referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31.12.2022, de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, aplicáveis as sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e que estão em condições de serem apresentadas a Assembleia Geral Ordinária para deliberação. Salvador, 28 de fevereiro de 2023.

Raimundo Santos Silva
Presidente

Aldo José Ferreira Brandão
Membro Efetivo

Elias de Matos Brito
Membro Efetivo

Marcelo da Silva Pinho
Membro Efetivo

Sonia Lucia Nogueira da Silva
Membro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em observância às disposições constantes da instrução CVM nº 80/2022, artigo 27, § 1º, inciso VI e do artigo 30, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2022.

Salvador, 28 de fevereiro de 2023

José Renato de Almeida Gonçalves Tourinho
Diretor Presidente

Rodrigo Ribeiro Accioly
Diretor

Augusto Cesar Carvalho Kruschewsky
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em observância às disposições constantes da instrução CVM nº 80/2022, artigo 27, § 1º, inciso V e do artigo 30, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2022.

Salvador, 28 de fevereiro 2023.

José Renato de Almeida Gonçalves Tourinho
Diretor Presidente

Rodrigo Ribeiro Accioly
Diretor

Augusto Cesar Carvalho Kruschewsky
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores